



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018**

RIO DE JANEIRO – 2019



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018**

Relatório de Gestão do exercício de 2018, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Autarquia está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 170/2018, da Portaria TCU nº 369/2018, e das orientações contidas no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas).

RIO DE JANEIRO – ABRIL DE 2019

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AFA – Academia da Força Aérea
AUDIFISC – Sistema de Auditoria de Fiscalização
A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública
BCA – Boletim do Comando da Aeronáutica
CECOMSAER – Centro de Comunicação Social da Aeronáutica
CEF – Caixa Econômica Federal
CENCIAR - Centro de Controle Interno da Aeronáutica
CFIAe – Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
CGU – Controladoria-Geral da União
COMAR – Comando Aéreo Regional
COMAER – Comando da Aeronáutica
COMGEP – Comando-Geral do Pessoal
CPEA – Curso de Política e Estratégias Aeroespaciais
DBR – Declaração de Bens e Rendas
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica
DIRINFRA – Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica
EEAR – Escola de Especialistas de Aeronáutica
EMAER – Estado Maior da Aeronáutica
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
GAP-RJ – Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro
ICA – Instrução do Comando da Aeronáutica
ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
LAI – Lei de Acesso a Informação
LOA – Lei Orçamentária Anual
MCA – Manual do Comando da Aeronáutica
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPA – Macroprocesso de Apoio
MPF – Macroprocesso Finalístico
NSCA – Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica
NS – Norma de Serviço
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEMAER – Plano Estratégico Militar da Aeronáutica
PLS – Plano de Gestão de Logística Sustentável
PNR – Próprio Nacional Residencial
PTA – Programa de Trabalho Anual
RDAER – Regulamento Disciplinar da Aeronáutica
RGI – Registro-Geral de Imóveis
SCCI – Sistema de Controle de Crédito Imobiliário
SEFA - Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica
SECIMD – Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIC – Sistema de Informações de Custos do Governo Federal
SIG – Sistema de Informações Gerenciais
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais
SISAC - Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SILOMS – Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços
SISPAT – Sistema de Patrimônio do Comando da Aeronáutica
SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SOF - Secretaria do Orçamento Federal
SPU – Sistema do Patrimônio da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1.3 – Valores.....	11
Figura 1.5 – Organograma	12
Quadro A.1.5 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	13
Quadro A.1.7 – Macroprocessos Finalísticos.....	14
Figura 1.7.1 – Fluxograma Produção de Unidades Habitacionais – MPF 01.....	15
Figura 1.7.2 – Fluxograma Empréstimos para Pequenas Reformas – MPF 02.....	15
Figura 1.7.3 – Fluxograma Financiamento Imobiliário – MPF 03.....	16
Figura 1.7.4 – Fluxograma Manutenção da Solidez Econ.-Financ. – MPF 04.....	16
Quadro A.1.8 – Macroprocessos de Apoio	17
Figura 1.8.1 – Fluxograma Sistema de Informações Gerenciais – MPA 01	17
Tabela II – Previsões de Lançamentos.....	21
Figura 2.2.1 – Sistema de Governança da CFIAe	24
Figura 3 - Estrutura de Governança, Integridade, Riscos e Controles da CFIAe	30
Quadro A.4.1.1 – Indicador de Desempenho (Periodicidade: Anual).....	31
Quadro A. 4.1.1.1 – Indicador Financeiro – Patrimônio Líquido	31
Quadro A. 4.1.1.2 – Indicador Financeiro – Inadimplência	31
Quadro A. 4.1.1.3 – Indicador Financeiro – Empréstimos para Pequenas Reformas	32
Figura 4.1.1 – Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.....	32
Quadro A. 4.1.2 – Indicadores de Produção de Unidades Habitacionais (Periodicidade: Anual).....	33
Quadro A.4.1.2.1 – Empreendimento Residencial Solar do Bosque – 180 unid. habit. – Sulacap – RJ	33
Quadro A.4.1.2.2 - Empreendimento Residencial Rio Mar – 245 unid. Habit. – Belém – PA	34
Quadro A.4.1.2.3 – Empreendimento Residencial Moradas do Sol – 120 unid. Habit. – Fortaleza – CE	34
Quadro A.4.1.2.4 Empreendimento Reserva do Pampa - 160 unid. Habit. (duas fases) – Canoas – RS	35
Quadro A.4.1.2.5 Santa Maria - DF – Terreno.....	35
Quadro A.4.1.2.6 – Caxias – RJ - Lotes.....	36
Quadro A.4.1.2.7 – Santa Cruz – RJ – Terreno.....	36
Quadro A.5.1.1 – Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica	37
Quadro A. 5.1.1.2 – Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis	38
Quadro A.5.1.1.3 – Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna.....	38
Quadro A. 5.1.1.4 – Reserva de Contingência	39
Quadro A. 5.1.1.5 – Contribuições da União para o Custeio do Regime de Previdência Serv. Públicos Federais	40
Quadro A. 5.1.1.6 – Administração da Unidade	41
Quadro A. 5.1.1.7 – Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares.....	41
Quadro A. 5.1.1.8 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares.....	42
Quadro A. 5.1.1.9 – Pagamento do Pessoal Ativo da União.....	43
Tabela III - Situação Econômico-Financeira.....	45
Figura 5.1.3 – Evolução Patrimonial X Dívida da CFIAe	45
Quadro A.5.1.4 – Despesas por Modalidade de Contratação.....	46
Quadro A. 5.1.4.2.1 – Despesas com Publicidade	46
Quadro A.5.1.4.3.1 – Concessão de Suprimento de Fundos	47
Quadro A. 5.1.4.3.2 – Utilização de Suprimento de Fundos.....	47
Quadro A. 5.1.4.3.3 – Classificação dos gastos com Suprimento de Fundos no exercício de referência	47

Quadro A. 5.2.1.1 – Força de Trabalho da CFIAe	48
Gráfico A 5.2.1.2 Distribuição da Lotação Efetiva.....	48
Quadro A. 5.2.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da CFIAe	49
Gráfico A. 5.2.1.4 – Servidores por Nível de Escolaridade	49
Quadro A. 5.2.1.5 – Previsão de Aposentadoria do Quadro de Servidores da CFIAe	50
Gráfico A. 5.2.1.6 – Servidores por Faixa Etária.....	50
Gráfico A. 5.2.1.7 – Servidores por Etnia.....	50
Gráfico A. 5.2.1.8 – Servidores por Gênero.....	51
Quadro A. 5.2.2.1 – Indicadores de Recursos Humanos – Absenteísmo	51
Quadro A. 5.2.2.2 – Indicadores de Recursos Humanos – Acidente de Trabalho	51
Quadro A. 5.2.2.3 - Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho	52
Quadro A. 5.2.2.4 – Indicadores de Recursos Humanos – Qualificação.....	52
Quadro A. 5.2.2.5 – Indicadores de Recursos Humanos – Rotatividade de Pessoal.....	53
Quadro A. 5.2.3.1.1 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....	54
Quadro A. 5.2.3.1.2 Composição do Quadro de Estagiários.....	54
Quadro A.5.4.1– Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2018	56
Quadro A.5.5.1 – Despesas em 2018 – Geral	57
Figura A.5.5.1 – Apuração de Custos em 2018 por setor da Autarquia	58
Quadro A.6.3 – Mapa Patrimonial – Depreciação	60
Tabela I – Situação dos Empreendimentos	62
Quadro A.8.2– Despesas do pessoal	65
Quadro A.8.3 – Despesas por grupo e elemento de despesa.....	66
Quadro A.8.4.1 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	68
Quadro A.8.4.2 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	69
Quadro A.8.4.2 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	70
Quadro A.8.4.2 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	71
Quadro A.8.4.3 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	72
Quadro A.8.4.3 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	73
Quadro A.8.4.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	74
Quadro A.8.4.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	75
Quadro A.8.4.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	76
Quadro A.8.4.5 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	77
Quadro A.8.4.6 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	78
Quadro A.8.4.6 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	79
Quadro A.8.4.6 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	80
Quadro A.8.4.7 - Notas Explicativas-Balanco Patrimonial.....	81
Quadro A.9.4.1 - Declaração sobre a integridade e completude dos registros de atos no Sisac	85
Quadro A.9.4.2 - Declaração do responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR dos servidores	85
Quadro A.9.4.3– Declaração de integridade das informações do Orçamento Federal Anual no SIOP.....	86
Quadro A.9.4.5.1 - Declaração do Contador afirmativa da fidedignidade das demonstrações contábeis	86

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

8.1. Situação dos Empreendimentos	62
8.2. Despesas com Pessoal	65
8.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	66
8.4. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas	68

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....	3
LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS	4
LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES	6
APRESENTAÇÃO.....	9
1 VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO E AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....	11
1.4 Normas e Regulamento de Criação, Funcionamento da CFIAe - Breve Histórico	11
1.5 Organograma	12
1.6 Ambiente de Atuação	13
1.7 Macroprocessos Finalísticos.....	14
1.8 Macroprocessos de Apoio	16
1.9 Principais Parceiros	17
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA.....	17
2.1. Planejamento Estratégico	17
2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício.....	18
2.1.2 Estratégia de atuação frente aos objetivos estratégicos	18
2.1.3 Tratamento dos riscos envolvidos nos objetivos estratégicos	19
2.1.4. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	20
2.1.5 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos	22
2.1.6 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos	23
2.2 Governança	23
2.2.1 Descrição do Sistema de Governança	23
2.2.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados	25
2.2.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna	25
2.2.4 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....	27
2.2.5 Relacionamento com a Sociedade	27
3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	29
4 RESULTADOS DA GESTÃO E DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	30
4.1 Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos - Desempenho Operacional.....	30
4.1.1 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho.....	30
5 ALOCAÇÃO DE RECURSOS DA GESTÃO	37
5.1 Gestão Orçamentária e Financeira.....	37
5.1.1 Acompanhamento orçamentário durante o exercício	44
5.1.2. Acompanhamento de Receitas e Despesas da CFIAe durante o exercício	44
5.1.3 Evolução Patrimonial	44
5.1.4 Informações sobre a Execução das Despesas - Modalidade de Contratação.....	46
5.1.5 Fatores Intervenientes na Gestão Orçamentária e Financeira.....	47
5.2 Gestão de Pessoas.....	48
5.2.1 Distribuição da Força de Trabalho	48
5.2.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.....	49
5.2.4 Distribuição por Nível de Escolaridade.....	49
5.2.5 Distribuição por Faixa Etária.....	50
5.2.6 Distribuição por Etnia	50

5.2.7 Distribuição por Gênero	51
5.2.2 Indicadores de Recursos Humanos.....	51
5.2.3 Demonstrativo das Despesas com Pessoal	53
5.2.4 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal	54
5.3 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura.....	55
5.3.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.....	55
5.4 Gestão da Tecnologia da Informação	55
5.4.1. Principais Sistemas de Informações	55
5.4.2 Informações sobre o Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia da Informação.....	57
5.5 Gestão de Custos	57
5.5.1 Sistemática de Apuração de Custos no âmbito da CFIAe	57
5.6. Sustentabilidade Ambiental.....	58
5.6.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental	58
6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Notas Explicativas (Lei nº 4.320/64)	59
6.1 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações.....	59
6.2 Informações sobre Revisão dos Contratos Vigentes	60
6.3 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão.....	60
6.3.1 Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.....	60
7 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	61
7.1 Conformidade da Gestão e Demanda dos Órgãos de Controle	61
7.1.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU	61
7.1.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno	61
7.1.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário	61
8 ANEXOS E APÊNDICES	62
9 RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES.....	83
9.1. Rol de Responsáveis.....	83
9.2. Parecer ou Relatório da Unidade de Auditoria Interna.....	83
9.3. Relatório de Auditoria Independente.....	83
9.4. Declarações – Responsáveis.....	84
9.4.1. Declaração de Integridade e Completude dos Registros de Atos	85
9.4.2. Declaração de Cump. das Disposição da Lei nº 8.730/93 quanto à entrega das Decl. Bens e Rendas	85
9.4.3. Declaração de Integrid dos Registros das Info no Sist. Integrado de Planej. e Orçamento	86
9.4.4. Declaração sobre a Conform Contábil dos Atos e Fatos da Gestão Orç, Financ. e Patrim.	86
9.4.5. Declaração do Contador sobre a Fidedignidade dos Registros Contábeis -SIAFI.....	86
9.5 Órgão de Correição	86
9.6 Rol dos Responsáveis.....	87

APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão Individual integra o processo de Prestação de Contas da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAe), do exercício de 2018. Apresenta a síntese dos resultados das ações empreendidas por esta Autarquia, no esforço de melhor cumprir suas competências legais, bem como demonstra a utilização dos recursos orçamentários e financeiros colocados à sua disposição.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

É grande a satisfação em compartilhar com todos a nossa alegria pelo final de mais um exercício operacional e financeiro da Autarquia. É também um privilégio, que só fortalece e enaltece a nossa já consagrada missão, ao tornar real o legítimo sonho dos beneficiários do acesso à casa própria, sustentáculo social básico para uma existência pacífica e profícua das nossas famílias.

O trabalho de todos os integrantes que realizaram com sucesso suas tarefas produziu um resultado excepcional elogiado pelos nossos beneficiários, a razão da existência da Autarquia.

As tarefas desenvolvidas no exercício de 2018 obedeceram ao Programa de Trabalho Anual da CFIAe (PTA) que, como uma ferramenta de planejamento e controle gerencial da Autarquia, estabeleceu as ações necessárias para alcançar os objetivos da CFIAe. Nele estão contempladas as metas claramente delineadas, o planejamento das atividades para o exercício e, também, os recursos, as ações, os prazos e os responsáveis pela execução plena do Programa.

Ficou comprovado, assim, que todos os envolvidos no processo buscaram, com eficácia, eficiência e efetividade, o cumprimento das diretrizes dispostas no presente instrumento administrativo, com a consciência de que a qualidade do trabalho tem início no planejamento criterioso das ações executadas.

O PTA configurou também as linhas básicas norteadoras das ações da Presidência durante o exercício, de modo a permitir, ao final, a avaliação do desempenho de forma econômica, mas eficiente, na aplicação dos recursos disponibilizados, propiciando elementos essenciais, no que concerne à Prestação de Contas Anual da CFIAe demonstrada no presente Relatório.

Focada na missão institucional, visão de futuro e no respeito aos seus valores, a Autarquia buscou promover as melhores condições possíveis para a consecução ou melhoria da obtenção da casa própria, por meio do desenvolvimento de mecanismos que atendam ao objetivo, consultorias, projetos, empreendimentos, empréstimos, financiamentos e parcerias, sempre em busca da satisfação dos seus beneficiários.

Na área de recursos materiais, as instalações e o mobiliário estão sendo adaptados com a aquisição de novos equipamentos, nos limites dos recursos disponíveis, para atender à dinâmica do Planejamento Estratégico da CFIAe 2010-2030, documento que dá as diretrizes da atividade-fim da Autarquia.

Na área de recursos humanos, ainda que pese as dificuldades de renovação, tanto de militares quanto de servidores civis, a CFIAe vem atendendo a contento às demandas do serviço com a constante qualificação do efetivo através de cursos e estágios de reciclagem.

No que concerne aos objetivos estratégicos (OE), cujo mais relevante é a produção de unidades habitacionais, o empreendimento Residencial Solar do Bosque alcançou, no exercício, o extraordinário percentual de 87,56% de obra construída, cuja previsão no Programa de Trabalho Anual era de 60%. Quanto à solidez da situação econômica e financeira da Autarquia, através da evolução patrimonial, houve um aumento de 10,20% no Patrimônio Líquido. No que se refere aos empréstimos para pequenas reformas das residências dos beneficiários, os recursos disponíveis, calcados em um planejamento bem executado, superaram em 22% o número de beneficiários atendidos comparado ao previsto para o exercício.

Seguindo a dinâmica do processo, os empreendimentos têm sido implementados por meio de parceria operacional com a Caixa Econômica Federal e com a participação de empresas de



construção civil credenciadas e selecionadas, criteriosamente, atendendo aos parâmetros exigidos por aquela instituição, com prioridade para aqueles incluídos no programa "Minha Casa, Minha Vida", em sintonia com os objetivos da CFIAe.

A utilização de terrenos da União, jurisdicionados ao Comando da Aeronáutica, ou a outras entidades e órgãos públicos federais, estaduais, municipais ou do Distrito Federal é uma importante estratégia para facilitar a aquisição da casa própria pelos pretendentes de menor renda.

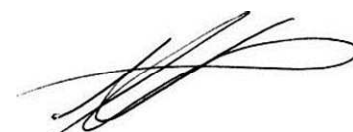
Em síntese, pode-se inferir que, diante dos desafios, foi e será sempre essencial manter a motivação dos recursos humanos no cumprimento da missão da Autarquia, utilizando-se de meios de gerenciamento que possam refletir positivamente na gestão. Os diversos óbices de ordem econômica, caracterizados por limitações dos recursos orçamentários, obrigam os agentes da administração ao compromisso de gerenciar adequadamente os créditos existentes para o cumprimento da missão, a fim de proporcionar aos beneficiários da Autarquia o acesso à moradia nas condições legalmente estabelecidas.

Os desafios futuros já se avizinham e para minimizá-los a busca por um planejamento centralizado deve ser permanente, mantendo uma execução descentralizada, com o objetivo de aumentar a eficácia e a eficiência.

Para isso, é imprescindível:

- concentrar os recursos técnicos e administrativos que possibilitem um aumento da capacidade produtiva no setor, ao mesmo tempo em que racionalizem o emprego dos recursos humanos disponíveis;
- repensar, constantemente, sobre novas maneiras de se fazer as coisas;
- reinventar processos, visando colaborar para o progresso e quebrar a monotonia funcional causada pela rotina do serviço.
- incentivar ações pró-ativas, como a busca de soluções factíveis com o uso intensivo da tecnologia da informação, de novas ferramentas gerenciais e de execução e utilização de meios eletrônicos que possam facilitar o gerenciamento das tarefas, para aumentar a velocidade das respostas e melhorar a eficácia das ações a fim de cumprir a missão da CFIAe.
- enfatizar a segurança das informações, como complemento a processos já definidos e comprovados.
- estimular o espírito de equipe e a cortesia entre todos os integrantes da Autarquia.
- encorajar todo o efetivo a contribuir com sugestões para a melhoria dos serviços e processos, pois a importância do cumprimento da missão advém da ação integrada e harmoniosa entre os setores, os quais deverão ser considerados iguais em relevância.

Finalizando, é imperioso que os integrantes da CFIAe, no exercício de suas funções, conduzam-se pelos padrões de ética, sobretudo no que diz respeito à integridade, à moralidade, à clareza de posições e ao decoro, com vistas a motivar e sustentar o respeito e a confiança da família aeronáutica.



Elcio Picchi - Presidente

1 VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO E AMBIENTE DE ATUAÇÃO

1.1 Missão

A Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica – CFIAe – é uma Autarquia Federal de Regime Especial, integrante do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e um dos instrumentos do Governo Federal no setor habitacional, vinculado ao Ministério da Defesa por meio do Comando da Aeronáutica, com funções de Agente Financeiro, Agente Promotor e Agente Assessor, com a missão de proporcionar a seus beneficiários o acesso à moradia nas condições legalmente estabelecidas.

1.2 Visão de Futuro

Tornar-se referência como agente de fomento para a realização do sonho da casa própria para militares e civis, ativos e inativos e pensionistas do Comando da Aeronáutica.

1.3 Valores

Os seguintes valores organizacionais representam as crenças e atitudes que norteiam o comportamento dos servidores e identificam a conduta desta Autarquia.

Figura 1.3 – Valores



OBS: O significado de cada um dos valores está descrito em normas de serviços internos.

1.4 Normas e Regulamento de Criação, Funcionamento da CFIAe - Breve Histórico

A primeira ação para que fosse criada a Caixa de Financiamento da Aeronáutica surgiu com o encaminhamento da Mensagem nº 058/GM4, de 09 de agosto de 1979, do na época, Ministro da Aeronáutica, ao Exmo. Senhor Presidente da República, solicitando criar uma Instituição nos moldes de suas congêneres do Exército e da Marinha, já existentes naquele período.

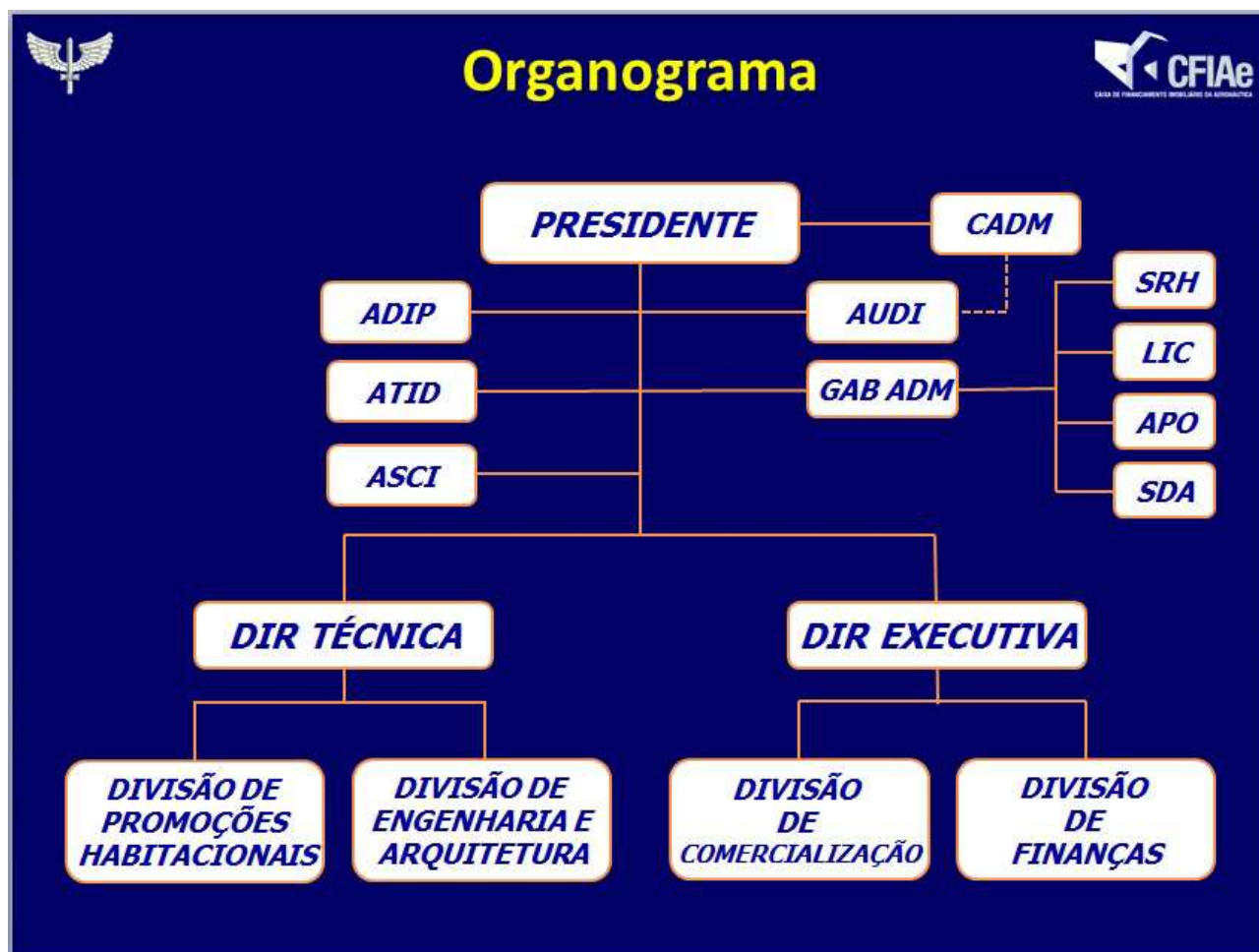
O Senhor Presidente da República, por meio da mensagem nº 107, de 19 de outubro de 1979, enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei para a criação da CFIAe, vinculada ao Ministério da Aeronáutica.

Assim, a Autarquia foi criada pela Lei nº 6.715, de 12 NOV 1979, regulamentada pelo Decreto nº 84.457, de 31 JAN 1980. Atualmente a CFIAe é vinculada ao Ministério da Defesa por meio do Comando da Aeronáutica conforme Decreto nº 8.872, de 10 OUT 2016, cujo funcionamento é consubstanciado por seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1175/MIN, de 15 DEZ 1987, publicada na Seção I do DOU de 17 DEZ 1987.

1.5 Organograma

Para atender a sua missão a CFIAe é estruturada conforme a seguir:

Figura 1.5 – Organograma



PRES – Presidência

ADIP – Assessoria Direta e Imediata da Presidência

ATID – Assessoria de Tecn. da Inform. e Divulgação

ASCI – Assessoria de Controle Interno

DE – Diretoria Executiva

DPRO - Divisão de Promoções Habitacionais

DENA – Divisão de Engenharia e Arquitetura

CADM – Conselho de Administração

AUDI – Auditoria Interna

GADM – Gabinete Administrativo

DT – Diretoria Técnica

DFIN – Divisão Financeira

DCOM – Divisão de Comercialização

OBS: As atribuições de cada um dos setores constante do Organograma constam do Regimento Interno da CFIAe aprovado pela Portaria nº 1175/MIN, de 15 de dezembro de 1987, do Ministério da Aeronáutica.

Quadro A.1.5 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidência	Responsável pela gestão da CFIAe, conforme as diretrizes do Comando da Aeronáutica.	Marco Aurélio Gonçalves Mendes	Presidente	01 Jan 2018 a 17 Dez 2018
		Elcio Picchi		17 Dez 2018 a 31 Dez 2018
Diretoria Executiva	Responsável pela Administração Financeira e Comercial da CFIAe.	Elcio Picchi	Diretor	01 Jan 2018 a 31 Dez 2018
Diretoria Técnica	Responsável em elaborar e cumprir o Plano Habitacional da CFIAe.	Manoel Andrade Rebelo	Diretor	01 Jan 2018 a 31 Dez 2018



Marco A. G. Mendes
Presidente até 17/12/18



Elcio Picchi – Presid. Atual
Dir. Exec. até 17/12/18



Manoel Andrade Rebelo
Dir. Técnico

1.5.1 A Presidência tem como principal atribuição orientar, dirigir, coordenar e controlar todas as atividades necessárias ao cumprimento da missão atribuída à CFIAe.

1.5.2 A Diretoria Executiva tem como principal atribuição a administração financeira e comercial da CFIAe.

1.5.3 A Diretoria Técnica tem como principal atribuição planejar, executar e controlar as atividades técnicas de Engenharia e de Arquitetura, de acordo com os programas atribuídos à CFIAe.

1.6 Ambiente de Atuação

A atuação da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAe) é voltada para os seus beneficiários, militares da ativa, reserva, servidores civis e pensionistas da Aeronáutica e se baseia no Planejamento Estratégico 2010-2030 da Autarquia e no Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER 2016-2041), documentos que constituem um conjunto de objetivos, medidas e projetos estratégicos, estabelecidos pelo Presidente da CFIAe e pelo Comandante da Aeronáutica, respectivamente.

Entre as medidas estratégicas previstas no PEMAER 2016-2041 para modernizar a gestão de Recursos Humanos da Força Aérea Brasileira consta a de buscar a sua racionalização com base nas necessidades administrativas, técnicas e operacionais, aprimorar o apoio ao homem e valorizar seu efetivo, no que tange às inúmeras atividades complementares para o cumprimento das missões atribuídas ao Comando da Aeronáutica, nas suas condicionantes de saúde, disponibilidade para o trabalho e moradia, onde está inserida a atuação desta Autarquia.

A demanda por habitação é considerada elevada no efetivo da FAB. A insuficiente oferta de Próprios Nacionais Residenciais (PNR) tem deslocado parte do pessoal da Força para lugares

distantes do local de trabalho, com dificuldade de transporte, afetando o psicossocial do efetivo, com reflexos negativos no desempenho profissional. A Força Aérea sempre buscou proporcionar o apoio à família militar, no entanto, é impossível construir e manter uma quantidade de PNR, que atenda ao efetivo qualificado. Desta forma, a FAB, por intermédio da CFIAe, busca soluções de abrangência nacional com o incremento de ofertas de imóveis, de modo a atender às demandas, utilizando-se de terrenos da União, ou mesmo dos estados, municípios ou do Distrito Federal, para construção de empreendimentos que permitam à família militar adquirir seu próprio imóvel, como previsto no Planejamento Estratégico 2010-2030 da Autarquia, visando proporcionar a tão almejada segurança social, no que compete à moradia.

Cabe a esta Autarquia, como integrante do Sistema Financeiro da Habitação, identificar e propor estratégias adequadas para viabilizar esta iniciativa, junto ao seu público-alvo. Para isso, consta estabelecido em seu Planejamento Estratégico 2010-2030, os preceitos constantes da Política Nacional de Habitação, que visa promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de menor renda, contribuindo assim, para a inclusão social e o equacionamento do déficit habitacional brasileiro, como preconiza a Constituição Federal que considera a habitação um direito do cidadão.

A utilização de processos técnicos e administrativos inovadores retrata uma constante busca da Autarquia, no intuito de reduzir o preço final dos seus empreendimentos imobiliários. Para isso, existe uma parceria operacional com várias instituições, entre as quais a Caixa Econômica Federal, o que é de fundamental importância para os financiamentos dos empreendimentos, visando ter o suporte financeiro necessário na busca de condições especiais e diferenciadas de juros, prazos e limites de renda em atendimento ao que preconiza a política do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). O acompanhamento da execução dos empreendimentos deverá ser rotineiro a fim de garantir a qualidade do produto e o atendimento às especificações estabelecidas no projeto concebido.

1.7 Macroprocessos Finalísticos

A CFIAe possui quatro (04) Macroprocessos Finalísticos a saber:

- a) Produção de Unidades Habitacionais – MPF 01;
- b) Empréstimos para Pequenas Reformas – MPF 02;
- c) Financiamento Imobiliário – MPF 03; e
- d) Manutenção da Solidez Econômico-Financeira – MPF 04.

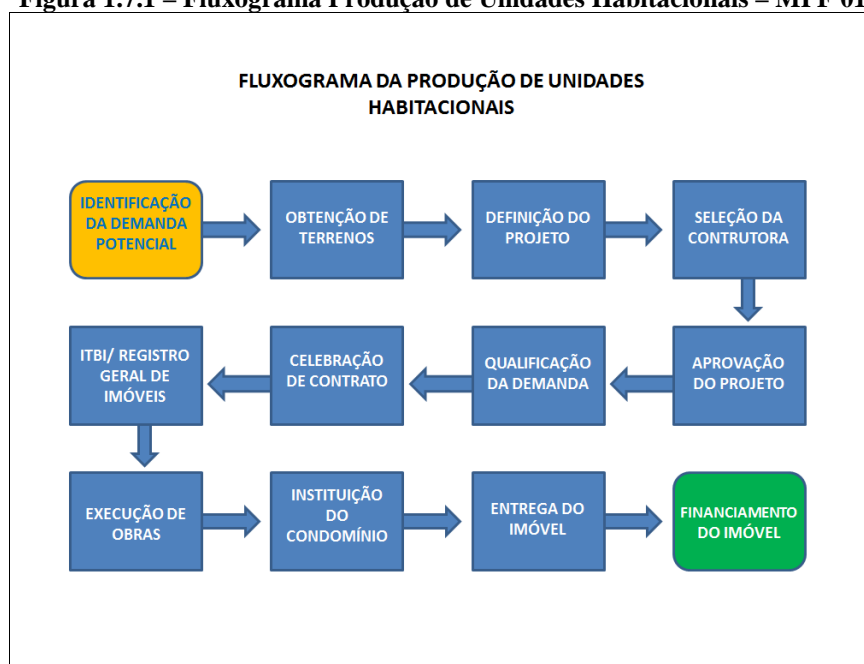
Quadro A.1.7 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
MPF 01	Produção de Unidades Habitacionais	Construção de Imóveis Residenciais	Beneficiários do Comando da Aeronáutica	Diretoria Executiva e Diretoria Técnica
MPF 02	Empréstimos para Pequenas Reformas	Empréstimos Pessoais	Beneficiários do Comando da Aeronáutica	Diretoria Executiva
MPF 03	Financiamento Imobiliário	Contratos de Financiamento Imobiliários	Beneficiários do Comando da Aeronáutica	Diretoria Executiva
MPF 04	Manutenção da Solidez Econômico-Financeira	Controle das Receitas, Despesas e Controle da Inadimplência	Beneficiários do Comando da Aeronáutica e Instituições Financeiras	Diretoria Executiva

Obs: São definidos como beneficiários do Comando da Aeronáutica com acesso aos produtos oferecidos pela CFIAe, os militares de carreira, na ativa e na inatividade e os servidores civis de carreira, ativos e inativos, e também os pensionistas, quando instituídos por morte do beneficiário.

1.7.1 Macroprocesso – Produção de Unidades Habitacionais – MPF 01

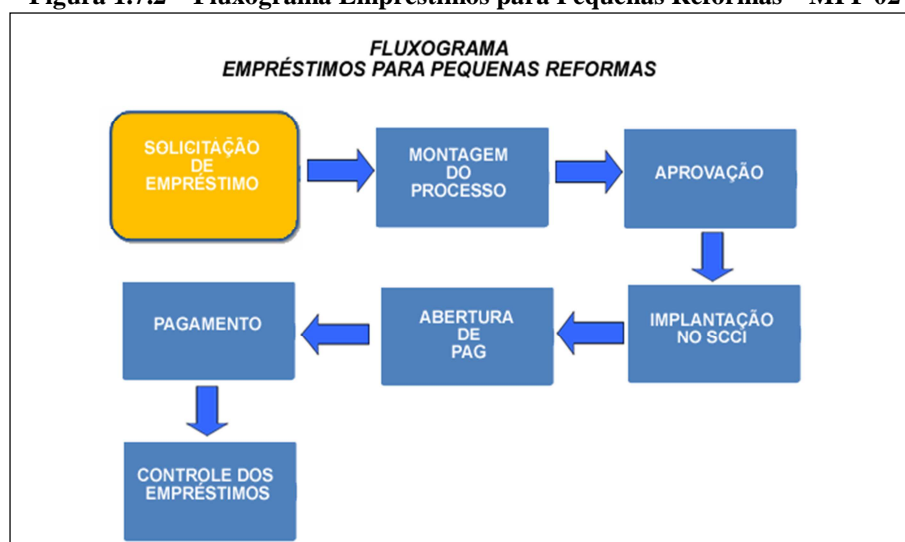
Figura 1.7.1 – Fluxograma Produção de Unidades Habitacionais – MPF 01



Conforme demonstrado no fluxograma, este macroprocesso visa produzir unidades habitacionais para entregar aos beneficiários e compreende doze fases que se encontram descritas no Planejamento Estratégico da CFIAe.

1.7.2 Macroprocesso – Empréstimos para Pequenas Reformas – MPF 02

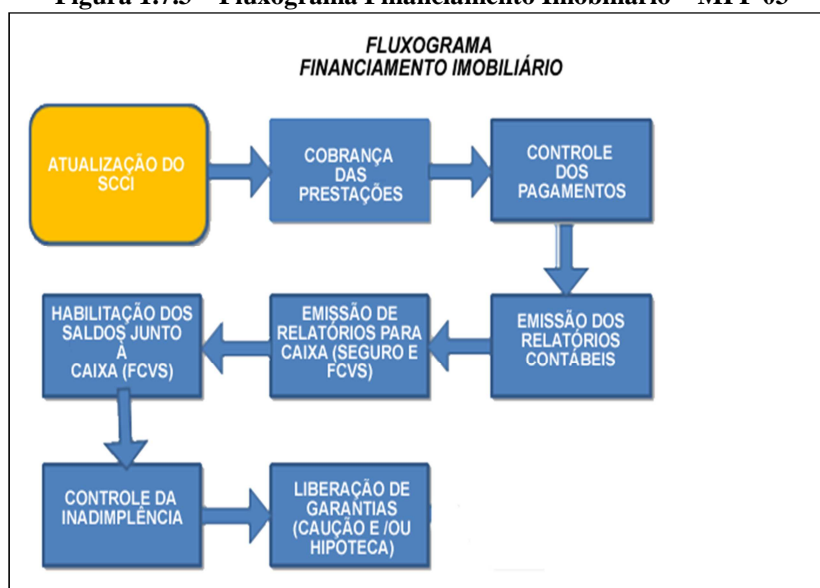
Figura 1.7.2 – Fluxograma Empréstimos para Pequenas Reformas – MPF 02



Conforme demonstrado no fluxograma, este macroprocesso visa proporcionar aos seus beneficiários recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais e compreende sete fases, que se encontram descritas no Planejamento Estratégico da CFIAe.

1.7.3 Macroprocesso – Financiamento Imobiliário – MPF 03

Figura 1.7.3 – Fluxograma Financiamento Imobiliário – MPF 03



Conforme demonstrado no fluxograma, este macroprocesso visa controlar os financiamentos imobiliários concedidos pela Autarquia, através do Sistema de Controle de Crédito Imobiliário (SCCI), até a quitação pelo beneficiário e compreende oito fases, que se encontram descritas no Planejamento Estratégico da CFIAe.

1.7.4 Macroprocesso – Manutenção da Solidez Econômico-Financeira – MPF 04

Figura 1.7.4 – Fluxograma Manutenção da Solidez Econ.-Financ. – MPF 04



Conforme demonstrado no fluxograma, este macroprocesso visa manter a solidez econômico-financeira da CFIAe e compreende seis fases, que se encontram descritas no Planejamento Estratégico da CFIAe.

1.8 Macroprocessos de Apoio

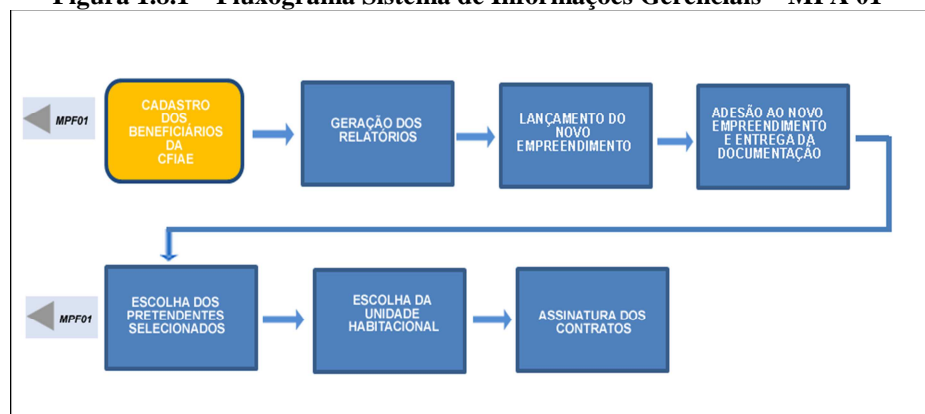
- A CFIAe possui 01 (um) Macroprocesso de Apoio a saber:
- Sistema de Informações Gerenciais – SIG

Quadro A.1.8 – Macroprocessos de Apoio

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
MPA 01	Sistema de Informações Gerenciais	Cadastro dos Beneficiários	Beneficiários do Comando da Aeronáutica	Assessoria de Tecnologia da Informação e Divulgação

1.8.1 Macroprocesso – Sistema de Informações Gerenciais – MPA 01

Figura 1.8.1 – Fluxograma Sistema de Informações Gerenciais – MPA 01



Conforme demonstrado no fluxograma, este macroprocesso visa produzir as informações necessárias para viabilizar os Macroprocessos Finalísticos da Autarquia e compreende sete fases que se encontram descritas no Planejamento Estratégico da CFIAE.

1.9 Principais Parceiros

A efetividade da missão desta Autarquia depende da conjugação de esforços institucionais com os seus principais parceiros, que desempenham papel crucial nesse processo. De modo geral, a cooperação técnica tem se mostrado de grande relevância na medida em que propicia o intercâmbio de conhecimentos e de experiências, contribuindo para a capacidade de resposta das entidades envolvidas.

Assim sendo, a CFIAE, além do Ministério da Defesa e Comando da Aeronáutica, com os quais mantém vínculo, tem como principais parceiros as seguintes instituições:

- O Ministério da Economia (antigo Ministério do Planej. Desenvolv. e Gestão);
- A Secretaria do Patrimônio da União;
- As Superintendências Regionais de Patrimônio da União;
- A Caixa Econômica Federal; e
- As Procuradorias Regionais Federais.

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

2.1. Planejamento Estratégico

A CFIAE possui um Planejamento Estratégico 2010-2030, cujo propósito é reunir dados necessários ao desenvolvimento das suas atividades, no período de 2010 a 2030, enfocando principalmente as diretrizes estabelecidas do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER 2016-2041) no que se refere ao aprimoramento do apoio aos militares e civis do Comando da Aeronáutica, com estrita observância à vinculação da Autarquia àquele Comando, especialmente no que concerne ao apoio ao seu efetivo, propiciando alternativas com vistas à aquisição ou melhoria de suas moradias, face ao cenário que se vislumbra de uma continuidade no aumento da demanda por casa própria no efetivo do COMAER, projetado para o período.

Conforme consubstanciado no Programa de Trabalho Anual de 2018 da Autarquia, a adoção de medidas, visando alcançar os seus objetivos estratégicos e a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da CFIAe, tem sido perseguida de forma permanente, a fim de proporcionar condições a esta Autarquia de atingir a missão prevista no seu diploma legal e oferecer a seus beneficiários alternativas viáveis para adquirir a casa própria.

Os diversos óbices de ordem econômica, caracterizados por limitações dos recursos orçamentários, obrigam os agentes da administração desta Autarquia, a ter o compromisso de otimizar os créditos existentes para o cumprimento da missão, a fim de proporcionar aos beneficiários da CFIAe o acesso à moradia nas condições legalmente estabelecidas.

Assim sendo, a gestão das atividades em curso obedecem ao previsto no Planejamento Estratégico 2010-2030 da Autarquia, onde se privilegia a vertente social, cujo objetivo é atender aos beneficiários de menor renda que representam aproximadamente 85% dos pretendentes cadastrados, sem, contudo, desconsiderar os demais beneficiários.

2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

Os Objetivos Estratégicos estão estabelecidos no Planejamento Estratégico desta Autarquia e inseridos no Programa de Trabalho Anual (PTA), de 2018, que tem como finalidade definir as tarefas e orientar a execução de metas, priorizadas e quantificadas, levando-se em consideração os recursos creditícios previstos na Proposta Orçamentária para o exercício. Dentre outras atividades, o PTA visa prioritariamente:

1- Estabelecer as necessidades para o desenvolvimento das atividades que compõem a missão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica – CFIAe, considerando os recursos ordinários e extraordinários para a correspondente execução dos trabalhos dentro do exercício considerado.

2- Configurar as linhas básicas norteadoras das ações da Presidência durante o exercício, de modo a permitir, ao final, a avaliação, a economicidade, a eficácia e a eficiência na aplicação dos recursos disponibilizados, propiciando elementos para a Organização e para a apresentação da Prestação de Contas Anual da CFIAe, junto ao TCU.

Para isso, a CFIAe tem empregado todos os seus esforços em proveito dos seguintes **objetivos estratégicos**, constantes do seu Planejamento Estratégico:

- Produção de unidades habitacionais para a venda aos seus beneficiários;
- Promoção aos seus beneficiários de meios para a aquisição de unidades habitacionais em construção ou concluídas;
- Promoção aos seus beneficiários de recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais; e
- Manutenção da solidez econômico-financeira da Autarquia.

2.1.2 Estratégia de atuação frente aos objetivos estratégicos

Como estratégia adotada, a Autarquia cumpre o seu Planejamento Estratégico 2010-2030 e o Programa de Trabalho Anual de 2018, nos quais constou todo o planejamento estabelecido para o exercício.

Para atender ao seu primeiro objetivo estratégico, a **produção de unidades habitacionais para a venda a seus beneficiários**, conforme previsto em sua lei de criação, a CFIAe atua em sua vertente de forte conteúdo social, inserindo seus projetos, prioritariamente, no “Programa Minha Casa, Minha Vida”, do Governo Federal, em perfeita sintonia com as regras estabelecidas para aquele programa e em consonância com as diretrizes do Sistema de Patrimônio da União (SPU), quanto à utilização de terrenos da União. Para isso, é importante prosseguir na análise e na disponibilidade de áreas jurisdicionadas ao COMAER, onde a demanda por moradia seja significativa e justifique a utilização de terrenos da União para construção de unidades habitacionais, tornando viável a construção de empreendimentos associativos para os beneficiários da Autarquia.

Também deverão ser buscadas alternativas para o atendimento dos beneficiários que fiquem acima da faixa de renda prevista no Programa Minha Casa, Minha Vida.

No que compete ao segundo objetivo estratégico qual seja, **a promoção aos seus beneficiários de meios para a aquisição de unidades habitacionais em construção ou concluídas**, a Autarquia exerce seu papel de Agente Assessor, disponibilizando consultoria financeira em sua página na Internet, ou por meio de atendimento pessoal. Esta assessoria permite aos beneficiários conhecer as condições de financiamento praticadas por instituições financeiras na concessão de Carta de Crédito Habitacional, informando aquelas que praticam as taxas mais favoráveis. A CFIAe também controla uma carteira de financiamento imobiliário ainda ativa, mas em processo de extinção o que poderá ocorrer nos próximos cinco anos quando termina o prazo do último financiamento.

Ainda no papel de Agente Assessor, a CFIAe incentiva, a formação de grupos de beneficiários interessados na construção de empreendimentos habitacionais de iniciativa do próprio grupo com projetos concebidos a partir do interesse e condições dos integrantes.

Para atender ao terceiro objetivo estratégico, também previsto na missão da CFIAe, qual seja, **a promoção aos seus beneficiários de recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais**, foi implementado a partir de 2011, com recursos da própria Autarquia, o empréstimo para pequenas reformas, em até 60 (sessenta) meses, com reduzida burocracia, baixa taxa de juros pré-fixada e ressarcimento por meio de consignação em folha. Para tanto, são envidados esforços no sentido de ampliar os meios de divulgação do produto, bem como acompanhar as taxas de juros praticadas no mercado para as devidas adequações.

Visando atender ao seu quarto objetivo estratégico de **manutenção da solidez econômico-financeira** da Autarquia, foi aperfeiçoado o Sistema de Controle do Crédito Imobiliário, com o auxílio da tecnologia, como uma ferramenta técnica capaz de auxiliar na análise dos resultados e, ao mesmo tempo, fornecer parâmetros e índices confiáveis para a tomada de decisões, demonstrando a importância da utilização do planejamento. Um acompanhamento e controle bem elaborados fornecem indicadores que permitirão otimizar e racionalizar o uso dos recursos disponíveis, base fundamental para alcançar os resultados pretendidos.

2.1.3 Tratamento dos riscos envolvidos nos objetivos estratégicos

Sobre este tema, a CFIAE possui um Plano de Gestão de Riscos, onde estão identificados os riscos, a avaliação e a adoção de providências contra eventos indesejáveis, que possam afetar os principais objetivos estratégicos da Autarquia.

No que concerne à avaliação dos riscos em relação **à produção de unidades habitacionais para seus beneficiários**, o produto está bem estruturado. A sua concretização, ou seja, o início das obras, só ocorre após a aprovação do projeto junto aos órgãos públicos competentes, a seleção da construtora, o grupo de adquirentes das unidades habitacionais, plenamente constituído, ou seja, 100% da demanda necessária, avaliada e aprovada pelo Agente Financeiro, e o competente registro dos contratos de financiamento no Registro Geral de Imóveis.

Vale destacar que a operação é cercada de outros instrumentos que trazem a tranquilidade necessária à Administração, até onde se pode vislumbrar, visto que, somente após superada esta etapa inicial de aprovação de toda a operação técnico/financeira e são iniciadas as obras.

O Sistema Financeiro da Habitação, em que são calcados os contratos de financiamento, estabelece cobertura para seguros de risco, que abrangem desde a substituição da construtora, caso necessário, por descumprimento do contrato, responsabilidade civil do construtor, bem como danos físicos do imóvel e também cobertura para seguros de risco no caso de morte ou de invalidez permanente do adquirente.

Em relação ao segundo objetivo estratégico de **promoção aos seus beneficiários de meios para a aquisição de unidades habitacionais em construção ou concluídas**, para os beneficiários que não são contemplados com os empreendimentos associativos, a CFIAe tem parcerias com Agentes Financeiros, com fins de obter condições mais favoráveis na concessão de crédito para aquisição de moradias, não havendo riscos para esta Autarquia, por se tratar de negociação direta

entre o beneficiário e o Agente Financeiro. Com relação à carteira de financiamento imobiliário, em caso de endividamento dos beneficiários, as ações e providências constam do Plano supra citado.

No terceiro objetivo estratégico, de **promoção aos seus beneficiários de recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais**, destaca-se o Empréstimo para Pequenas Reformas. Neste produto, as operações de crédito são conduzidas pela CFIAe com taxas de juros baixas, pré-fixadas. A cobrança se processa mediante desconto em folha (consignação).

O ambiente do público-alvo considerado é o do Comando da Aeronáutica, abrangendo todos beneficiários da CFIAe. Este ambiente é conhecido e de baixo risco, principalmente quanto à estabilidade do emprego, o que garante um elevado grau de segurança para desenvolver o produto.

O desconto em folha, atrelado à devida verificação da margem consignável, minimiza a probabilidade de que o beneficiário adquira o produto sem ter condições de honrar o pagamento, inibindo a inadimplência.

Um aspecto importante na avaliação de risco é o prazo. Sessenta meses para saldar o financiamento é considerado um prazo adequado, portanto com menor possibilidade de inadimplência. Na análise dos riscos levou-se em consideração o “spread” inserido no financiamento, verificando-se que o produto é viável e seguro.

Além de acompanhar o mercado há que se continuar a fazer periódicas comparações, através das prestações de contas mensais, para aferir a qualidade dos resultados e monitorar a performance da Instituição, uma vez que a volatilidade do mercado tem-se mostrado elevada.

Esta aferição tem a finalidade de comprovar, levando-se em consideração a concretização de algum risco, que o retorno dos financiamentos está maior ou igual às aplicações em instituições financeiras e que, ainda assim, continue vantajoso para os beneficiários. Para garantir uma boa gestão voltada para a sustentabilidade da Instituição, é política da Autarquia que o total dos recursos direcionado para este produto não ultrapasse 5% do patrimônio líquido da CFIAe.

Para o quarto objetivo estratégico, **a manutenção da solidez econômico-financeira** da Autarquia, o acompanhamento dos riscos está no controle das receitas e das despesas, bem como na análise do Balanço Patrimonial elaborado a cada mês e que faz parte da Prestação de Contas Mensal. Com relação à carteira de contratos de financiamentos habitacionais, estes possuem seguros que cobrem possíveis riscos de sinistro. Em caso de inadimplência, depois de tomadas todas as medidas administrativas, as providências finais serão através de ações judiciais.

A Tabela constante do item 5.1.3 demonstra, em números, a tendência de solidez da Administração, comparando o resultado dos balanços dos exercícios de 2017 e 2018.

Para tratar de riscos foi emitida e aprovada em 2018 a Estrutura de Governança, Integridade, Riscos e Controles da CFIAe.

2.1.4. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

Para o exercício de 2018, foram previstas as seguintes metas constantes do Programa de Trabalho Anual, referentes aos 04 (quatro) objetivos estratégicos da CFIAe:

a) Objetivo 01 - Produção de unidades habitacionais para a venda aos seus beneficiários

Lançamentos dos empreendimentos Residencial Solar do Bosque, no Jardim Sulacap – RJ, Residencial Rio-Mar, em Belém – PA, Moradas do Sol, em Fortaleza – CE e Reserva do Pampa em Canoas – RS.

Residencial Solar do Bosque - Rio de Janeiro/RJ

- Foram registrados no RGI todos os contratos (100%) de financiamento, conforme previsão que era de registrar 180 contratos.

- Foram executados 87,56% das obras, para uma meta prevista até o final do exercício de 60% dos serviços concluídos. Sendo assim, pode-se inferir que a meta foi totalmente alcançada.

Residencial Rio-Mar - Belém/PA

- Todas as ações da DT necessárias ao alcance desta meta foram efetivadas, o que corresponde a 95% do total atribuído para a conclusão da meta para o exercício. Os 5% restantes referem-se à ação pendente de decisão da Superintendência do Patrimônio da União do Pará, onde o

processo está sendo apreciado desde março de 2018. O impasse, junto à Caixa Econômica Federal, quanto ao enquadramento do empreendimento no PMCMV, já foi solucionado. Sendo assim, pode-se inferir que a meta foi alcançada parcialmente.

Residencial Moradas do Sol – Fortaleza/CE

- Todas as ações da DT necessárias ao alcance desta meta foram efetivadas, o que corresponde a 50% do total atribuído para a conclusão da meta para o exercício. Os 50% restantes referem-se às ações de elaboração e aprovação do projeto, pendente de decisão da Prefeitura Municipal de Fortaleza, e da ação, ainda pendente de decisão da Secretaria do Patrimônio da União - SPU/BR e da Superintendência do Patrimônio da União - Ceará, com relação á alteração das faixas de renda. Sendo assim, pode-se inferir que esta meta foi alcançada parcialmente.

Residencial Reserva do Pampa – Canoas/RS

- Todas as ações da DT necessárias ao alcance desta meta foram efetivadas. Sendo assim, pode-se inferir que a meta foi totalmente alcançada.

Obtenção de Terreno em Santa Maria – Ceilândia/DF

- Todas as ações da DT necessárias ao alcance desta meta foram efetivadas, o que corresponde a 50% do total atribuído para a conclusão da meta para o exercício. Os 50% restantes referem-se às ações ainda pendentes de decisão da Superintendência do Patrimônio da União/DF, sobre o terreno de Santa Maria, nos arredores de Brasília para o cumprimento da meta estipulada. Sendo assim, pode-se inferir que esta meta foi cumprida parcialmente.

Elaboração de Projetos – Caxias e Santa Cruz/RJ

- O projeto de loteamento da Fazenda Mato Grosso em Caxias/RJ está em fase de registro.
 - Com relação ao projeto de Santa Cruz/RJ, todas as ações da DT necessárias ao alcance desta meta foram efetivadas. O estudo de viabilidade realizado indicou que o empreendimento em Santa Cruz deve aguardar a evolução do mercado imobiliário, face à conjuntura econômica do país. O atual desafio reside no fato de que o mercado local possui unidades habitacionais em estoque que não estão sendo vendidas, ainda que com valores abaixo do mercado atual. O terreno encontra-se ocupado, tendo sido requerida a reintegração de posse, com processo em andamento na área jurídica.

Tabela II – Previsões de Lançamentos

<u>LOCAL</u>	<u>PREV. DE LANÇAMENTO</u>
<i>RESIDENCIAL SOLAR DO BOSQUE, RIO DE JANEIRO (RJ)</i>	<i>Em construção</i>
<i>RESIDENCIAL RIO-MAR, BELÉM (PA)</i>	<i>2020</i>
<i>RESIDENCIAL MORADAS DO SOL, FORTALEZA (CE)</i>	<i>2020</i>
<i>RESIDENCIAL RESERVA DO PAMPA, CANOAS (RS)</i>	<i>2019</i>
<i>TERRENO DE SANTA MARIA (DF)</i>	<i>2021</i>

b) Objetivo 02 - Promoção aos seus beneficiários de meios para a aquisição de unidades habitacionais em construção ou concluídas.

Tendo como meta aumentar o número de beneficiários interessados na aquisição de unidades habitacionais as seguintes ações, entre outras, foram tomadas:

- Realizados os contatos com a EEAR e com a AFA. Ficou definido que, alternadamente, será realizada palestra na AFA (Cadetes - Oficiais) e na EEAER (Alunos – Sargentos).

- Realizadas reuniões com o pessoal da Divisão de Comercialização, a fim de manter o pessoal capacitado e atualizado com os produtos e empreendimentos da CFIAe, para prestar informações corretas e atualizadas aos beneficiários, em relação ao andamento dos empreendimentos, principalmente do Residencial Torres Sobrinho - RJ e Reserva do Pampa – Canoas-RS.

- No exercício, foram computadas 179 (cento e setenta e nove) novas inscrições no cadastro de beneficiários pretendentes à aquisição da casa própria.

c) Objetivo 03 - Promoção aos seus beneficiários de recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais.

Para este objetivo as principais ações, entre outras, foram:

- Foi dada continuidade ao processo de divulgação para a concessão de empréstimo imobiliário para pequenas reformas aos beneficiários da CFIAe em imóveis de sua propriedade,
- Neste exercício foram, aprovados, implantados e atendidos 43 (quarenta e três) beneficiários da Autarquia que solicitaram o benefício para reformar em imóveis residenciais próprios, num total de R\$ 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil reais).

d) Objetivo 04 - Manutenção da solidez econômico-financeira da Autarquia

Para este objetivo as principais ações, entre outras, foram:

- No exercício, foram feitos contatos permanentes com a Caixa Econômica Federal, com a finalidade de liberar os recursos já habilitados, reconhecidos e auditados com amparo do Fundo de Compensação de Variações Salariais, no valor de R\$ 3.221.532,34 a crédito desta Autarquia. Parte deste crédito, quando liberado, servirá para a CFIAe quitar a dívida de R\$ 151.773,62, junto a CEF, referente a financiamento de imóveis.

- Todos os contratos de financiamento quitados e com término de prazo com o amparo do FCVS foram habilitados junto ao Fundo (FCVS).

Em função da análise efetuada com os dados extraídos do Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial de 31 DEZ 2018 relativa à **Situação Econômico-Financeira**, conclui-se que a CFIAe tem dado continuidade a sua política de gestão adotada ao longo dos anos, mantendo uma evolução patrimonial positiva. Para efeito comparativo, em 2017 o Patrimônio Líquido era de R\$ 114.075.947,07, enquanto que ao final do exercício de 2018 este parâmetro foi acrescido em 10,20 % correspondendo ao valor de R\$ 125.717.378,51.

A Tabela III do item 5.1 retrata o Patrimônio Líquido do presente exercício em relação ao anterior, enquanto que a figura 5.1.3 a seguir representa a evolução patrimonial da CFIAe desde 2006, versus sua dívida, o que demonstra a tendência de solidez da Administração, levando a inferir-se que a Autarquia está preparada para continuar cumprindo a sua missão institucional de maneira sustentável.

2.1.5 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos

No Planejamento Estratégico 2010-2030 da CFIAe poderão ser encontrados todos os projetos e suas fases previstas para aquele período e onde estão definidos os objetivos estratégicos a serem seguidos, visando alcançar as metas estabelecidas nos planos descritos a seguir, que complementam aquele Planejamento.

a) O **Plano Habitacional**, cuja finalidade é o planejamento das metas a serem atingidas pela CFIAe, visando atender ao seu principal objetivo estratégico de produção de unidades habitacionais, em um horizonte de 20 (vinte) anos, e que apresenta um diagnóstico da situação habitacional de seus beneficiários, define as diretrizes, estratégias, linhas de ação e programas, estabelece prioridades, procedimentos e as metas para a aquisição da casa própria.

b) O **Plano de Capacitação de Recursos Humanos**, onde estão estabelecidas as Diretrizes de Recursos Humanos, tem como objetivo qualificar o pessoal para otimizar desempenhos e compromissos, de modo a satisfazer as necessidades internas e externas da Autarquia.

c) O **Plano Econômico-Financeiro** que representa a situação econômico-financeira da CFIAe, dentro de cada exercício, onde a Administração busca parâmetros confiáveis para a tomada de decisão, permitindo otimizar e racionalizar o uso dos recursos disponíveis, visando manter a solidez do patrimônio da CFIAe. Fornece, também, dados aos gestores para a avaliação da eficiência da administração, considerando os fatores internos e externos que podem interferir em sua gestão.

d) O **Plano Diretor de Tecnologia da Informação** tem a finalidade de estabelecer o planejamento para o desenvolvimento das atividades correspondentes e acompanhar a evolução tecnológica da área.

e) O **Plano de Gestão de Riscos** tem por objetivo aplicar a metodologia de gerenciamento de riscos. Nele estão identificados os riscos, a avaliação e o tratamento adequado dos eventos indesejáveis que possam afetar os Objetivos Estratégicos da Autarquia.

f) O **Plano de Integridade** tem por objetivo aplicar um conjunto de medidas e ações institucionais voltadas para a prevenção, detecção, apuração das responsabilidades de fraudes e atos de corrupção. Em outras palavras, é uma estrutura de incentivos organizacionais que visam orientar e guiar o comportamento dos agentes da administração pública de forma a alinhá-los ao interesse público.

g) O **Plano de Gestão de Logística Sustentável** tem a finalidade de estabelecer os objetivos, as metas e as ações para a inserção de práticas de sustentabilidade na gestão da logística.

2.1.6 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos

A CFIAe usa os seguintes instrumentos:

- a) Relatórios de Metas Semestrais e Anuais.
- b) Reuniões semanais do Conselho de Administração. No mês de julho é feita uma primeira avaliação das metas da Autarquia para o exercício, quando é discutido no Conselho, se o que está estabelecido no Programa de Trabalho Anual está sendo cumprido.
- c) Prestação de Contas mensais apresentada pelos Diretores Executivo e Técnico, com a presença de todos os Agentes da Administração.
- d) Auditoria Interna nos setores da Autarquia que se inicia no mês de setembro do exercício, conforme o Programa de Auditoria Interna, onde os Agentes da Administração são auditados sobre o andamento e cumprimento das metas previamente estabelecidas no Programa de Trabalho Anual ou, se for o caso, as justificativas no caso do não cumprimento delas. Um Relatório de Auditoria Interna é elaborado com os resultados ao final do exercício.
- e) Relatórios de Controles Internos previstos na Instrução do COMAER (ICA 174-1), cuja finalidade é orientar e padronizar a execução dos procedimentos referentes às ações de controle interno nas Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica.
- f) Os dados dos Planos constantes do Planejamento Estratégico da Autarquia que são submetidos à análise em comparação com os resultados obtidos no exercício, considerando os indicadores de gestão, para que os mesmos possam ser atualizados, aperfeiçoados ou até, se for o caso, reformulados.

2.2 Governança

2.2.1 Descrição do Sistema de Governança

O sistema de governança de uma organização reflete a maneira como diversos atores organizam-se, interagem e procedem para obter boa governança. Conforme o Referencial Básico de Governança do TCU – 2ª Versão/2014 (<http://www.tcu.gov.br/governanca>), a **governança no setor público** é definida como um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para **avaliar, direcionar e monitorar** a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Dentro do Organograma da CFIAe, estão inseridos os órgãos de autocontrole da Autarquia, que atuam no direcionamento e no monitoramento da Organização.

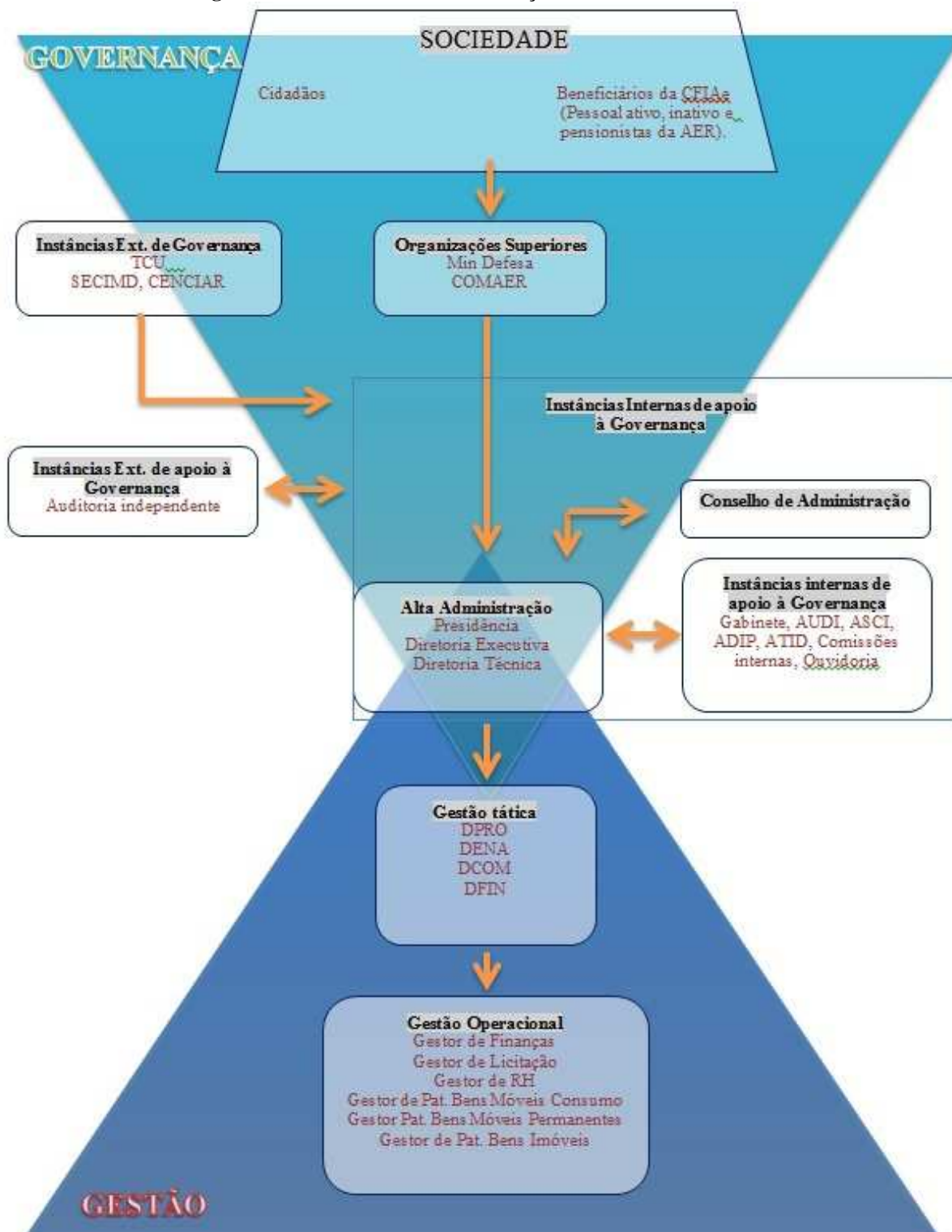
São eles: A Presidência, a Diretoria Executiva, a Diretoria Técnica, a Auditoria Interna (AUDI), a Assessoria de Controle Interno (ASCI), o Gabinete Administrativo (GADM), Assessoria Direta e Imediata da Presidência (ADIP), a Assessoria da Tecnologia da Informação e Divulgação (ATID) e os Chefes das Divisões, que compõem o Conselho de Administração da Autarquia e que fazem parte da instância interna.

Externamente, a CFIAe é submetida à fiscalização do TCU, Ministério da Defesa (MD), por meio da Secretaria de Controle Interno daquele Ministério, Comando da Aeronáutica (COMAER), representado pelo Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR), em cujo Plano Anual de Auditoria Interna Governamental constam planejadas, auditorias anuais a esta Autarquia. A CFIAe também, contrata empresa especializada (auditoria independente) para auditar os processos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), de acordo com a legislação.

Além da Auditoria anual executada pelo CENCIAR, também é realizada, pelo Auditor Interno da Autarquia, pelo menos uma Auditoria, durante o exercício, em todos os setores da Instituição, conforme previsto no Programa Anual de Auditoria Interna da CFIAe.

A figura a seguir resume a Sistema de Governança da CFIAe.

Figura 2.2.1 – Sistema de Governança da CFIAe



Inserida neste Sistema está a Estrutura de Governança, Integridade, Riscos e Controles da CFIAe, constante do item 3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS, deste Relatório.

2.2.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados

O **Conselho de Administração da Autarquia** tem como principal atribuição assessorar a Presidência na tomada de decisão para alcançar os objetivos estratégicos da Organização.

O **Presidente** tem como principal atribuição orientar, dirigir, coordenar e controlar todas as atividades necessárias ao cumprimento da missão atribuída à CFIAe.

O **Diretor Executivo** tem como principal atribuição a administração financeira e comercial da CFIAe.

O **Diretor Técnico** tem como principal atribuição planejar, executar e controlar as atividades técnicas de Engenharia e de Arquitetura, de acordo com os programas atribuídos à CFIAe.

O **Chefe do Gabinete Administrativo** tem como principal atribuição prestar o apoio administrativo aos órgãos integrantes da CFIAe no que diz respeito à gestão dos recursos humanos e materiais e gerenciar a execução orçamentária referente aos créditos alocados à Autarquia.

O **Auditor Interno** tem como principal atribuição assessorar a Presidência no cumprimento da legislação e das normas que regem a Administração Pública e a política habitacional da CFIAe, no sentido de comprovar, à luz da legislação em vigor, a formalidade, a legalidade, a correção contábil e a veracidade dos controles existentes, objetivando maior eficiência no controle interno e nos serviços da Autarquia.

O **Assessor de Controle Interno** tem como principal atribuição assessorar a Presidência, e as Diretorias Executiva e Técnica e o Gabinete Administrativo, no cumprimento da legislação e das normas que regem o serviço administrativo da CFIAe, bem como orientar todos os Agentes da Administração, objetivando maior eficiência no controle interno e serviços da Autarquia.

O **Assessor Direto e Imediato da Presidência** tem como principal atribuição assessorar a Presidência em todos os assuntos de natureza jurídica que envolvam a CFIAe.

O **Assessor de Tecnologia da Informação e Divulgação** tem como principal atribuição gerenciar as atividades de informática no âmbito da CFIAe.

O processo de escolha dos dirigentes da CFIAe (Presidente, Diretor Executivo e Diretor Técnico) é por meio de nomeação do Presidente da República, por indicação do Comandante da Aeronáutica, em virtude da plena vinculação desta Autarquia ao Ministério da Defesa, por meio do COMAER. Estes profissionais são Oficiais do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, cujo perfil é definido pela autoridade que os indica, entre os que possuam o Curso de Política e Estratégia Aeroespacial (CPEA) e conhecimento do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER 2016-2041), documento constituído por um conjunto de objetivos, medidas e projetos com a finalidade de orientar de forma integrada e articulada uma concepção estratégica, cujas ações são desenvolvidas pelo Comando da Aeronáutica, em um horizonte temporal definido, entre as quais às afetas ao apoio ao homem, no que concerne à questão da moradia, visando propiciar a seus militares e civis, alternativas à aquisição ou melhoria de suas unidades habitacionais, face ao cenário que se vislumbra de continuidade no aumento da demanda por imóveis residenciais no efetivo da FAB.

2.2.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Como mostra o Organograma da Autarquia no item 1.5, a Auditoria Interna (AUDI) está diretamente ligada ao Presidente, tendo, entre outras atribuições a de assessorar a Presidência no cumprimento da legislação e das normas que regem a Administração Pública e a política habitacional da CFIAe, no sentido de comprovar, à luz da legislação em vigor, a formalidade, a legalidade, a correção contábil e a veracidade dos controles existentes, objetivando maior eficiência no controle interno e nos serviços da Autarquia.

Entre os trabalhos que foram executados no exercício está a auditoria interna realizada no período de 24 SET a 30 NOV 2018, conforme o Programa Anual de Auditoria Interna, em consonância com as disposições das Instruções do Comando da Aeronáutica, ICA 174-1/2007 - CONTROLE INTERNO NAS UNIDADES GESTORAS, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 216, de 13 NOV 2007, que tem por finalidade orientar e padronizar a execução dos procedimentos referentes às ações de controle interno nas Unidades Gestoras (UGE, UGC e UGR)

do Comando da Aeronáutica, com relação aos Atos Administrativos, da NSCA 174-2/2016 – NORMAS DE AUDITORIA INTERNA, publicada no BCA nº 58, de 06 ABR 2016, que tem por objetivo definir os padrões gerais de planejamento, execução, elaboração do relatório e controle de qualidade das auditorias e fiscalizações realizadas no âmbito do Comando da Aeronáutica e da forma como preconiza a legislação e as Normas de Serviços internas sobre Fiscalização de Contratos Administrativos, Conformidade de Registro de Gestão, Procedimentos para Concessão, Aplicação e Comprovação de Suprimentos de Fundos, Regularização dos Encargos dos Bens Patrimoniais Imóveis, Gestão do Plano de Metas, Rotinas de Auditoria Interna, Aplicações Financeiras no âmbito da CFIAe, além dos controles através de formulários mensais, como relatórios de consumos, inventários, etc.

A Auditoria Interna foi executada em todos os setores da Autarquia que culminou com a elaboração do Relatório de Auditoria Interna de 2018. O processo de Auditoria teve como objetivos:

a) Avaliar, ao final do exercício, o ambiente organizacional, a regularidade, a eficiência e a eficácia das atividades administrativas e procedimentos de trabalho adotados no âmbito da Autarquia, bem como o cumprimento das metas de todos os setores estabelecidas no Programa de Trabalho Anual da CFIAe, comparando-as, em relação ao exercício anterior, principalmente às ligadas aos objetivos estratégicos, constantes do Planejamento Estratégico da Autarquia, verificando se as atividades executadas estão de acordo com a legislação, normas e orientações do Centro de Controle Interno da Aeronáutica e do TCU; e

b) Promover a avaliação de risco das ações tomadas pelos diversos setores em relação aos objetivos estratégicos da Autarquia e elaborar indicadores com vistas à promoção de medidas de prevenção de eventos desfavoráveis, objetivando o aperfeiçoamento dos procedimentos.

Todas as recomendações feitas aos setores, durante a Auditoria Interna realizada, foram atendidas e verificadas nos prazos estabelecidos, conforme consta no Relatório de Auditoria Interna, o qual é aprovado pelo Senhor Presidente.

O Relatório de Auditoria é uma das ferramentas que o Sr. Presidente usa quando necessário, para mudar procedimentos, com a emissão de novas diretrizes, visando o cumprimento da missão da Autarquia. São também realizadas reuniões periódicas com o efetivo, visando elucidar as dúvidas sobre novos procedimentos.

O Auditor Interno, como membro do Conselho de Administração participa, pelo menos, duas vezes na semana, da reunião com o Presidente, o Chefe do Gabinete Administrativo, o Diretor Executivo, o Diretor Técnico, o Assessor de Controle Interno, Assessor Direto e Imediato da Presidência, o Assessor da Tecnologia da Informação e Divulgação onde são discutidos assuntos de interesse de toda a Administração, incluindo a prevenção dos riscos que poderão afetar os projetos, em casos de atividades que independam da atuação direta da CFIAe.

A Auditoria Interna da Autarquia atendendo à sua principal meta, avaliou, ao final do exercício, o desempenho da CFIAe, considerando as metas estabelecidas no seu Programa de Trabalho Anual, partir de dados coletados nos respectivos Relatórios Finais de Metas dos setores da Autarquia, apresentados no encerramento do exercício.

Dessa forma, a CFIAe, sempre objetivando o que está instituído em seus diplomas legais, alcançou quase na totalidade, as suas metas previstas para o Exercício de 2018, com um índice de **92,94%**, conforme tabela de referência abaixo, atendendo o que estabelece a sua Lei de criação e o Decreto que regulamenta o seu funcionamento.

Excelente	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
90 a 100%	80 a 89%	60 a 79%	40 a 59%	20 a 39%	0 a 19%

2.2.4 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

A Força de Trabalho da CFIAe é composta por militares da ativa, da reserva, e servidores civis, que prestam serviço de apoio. Cada uma das categorias tem regramento próprio, em se tratando de correição.

Cabe à Seção de Recursos Humanos, a guarda e atualização de toda legislação relacionada ao tema. Como o efetivo da CFIAe é de servidores de outras Unidades da Aeronáutica que apenas prestam serviços à Autarquia, as contravenções ou irregularidades que venham a ser praticadas são encaminhadas às respectivas Unidades de origem dos servidores, onde serão apuradas, mediante procedimento formal, de Sindicância, IPM, e Processo Administrativo Disciplinar (PAD), assegurando ao acusado o direito de ampla defesa.

Durante o exercício, não se verificou nenhuma situação que pudesse comprometer a gestão e nem que tenha causado dano ao erário.

2.2.4.1 Sistemas de Correição Pessoal Civil

A sistemática de apuração de ilícitos cometidos por servidores civis das Unidades do Comando da Aeronáutica inicia-se com uma análise prévia às instaurações de Procedimentos Disciplinares (sindicância e processo administrativo disciplinar), com o intuito de auferir indícios de autoria e materialidade do fato, para que seja, dessa forma, coibida a banalização de tais instrumentos. Os processos administrativos disciplinares e as sindicâncias são conduzidos conforme o preconizado na Lei nº 8.112/90, nas normas internas editadas sobre o assunto (ICA 110-2/2015 e NSCA 40-1/2012) e também no Manual de Procedimentos Administrativos da Controladoria-Geral da União. Cabe ressaltar que a responsabilidade pelo controle efetivo dos Procedimentos e pelo registro de informações (fase de Instauração, Instrução e Julgamento) no Sistema CGU-PAD é atribuída ao COMGEP, medida adotada para atender à orientação da Controladoria-Geral da União, em sua Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, evitando-se assim a descentralização no que diz respeito à área correcional, conforme disposto na Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, art. 67, Incisos IV e IX.

Não se observou, na Autarquia, no período do exercício em questão, irregularidades que provocassem a abertura de um Processo Disciplinar de servidor civil.

2.2.4.2 Sistemas de Correição Pessoal Militar

Em se tratando do pessoal militar do Comando da Aeronáutica, ativa, reserva e reformado, a correição encontra-se sistematizada por meio da Portaria nº 782/GC3, de 10 NOV 2010, que regulamenta a sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação de punição disciplinar militar, conforme disposto no art. 34 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER) - Decreto nº 76.322, de 22 SET 1975. A base legal da correição do pessoal militar encontra-se fundamentada na Constituição Federal de 1988, no art. 142, Capítulo II das Forças Armadas e no Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980. Subsidiariamente, a correição militar complementa no que couber o Conselho de Justificação - Lei nº 5.836, de 05 DEZ 1972; na Promoções dos Oficiais da Ativa das Forças Armadas - Lei nº 5.821, de 10 NOV 1972; Regulamento de Promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica - Decreto nº 7.099, de 04 FEV 2010; o Conselho de Disciplina - Decreto nº 71.500, de 05 DEZ 1972; e no Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica - Decreto nº 881, de 23 JUL 1993.

Não se observou, na Autarquia, no período do exercício em questão, irregularidades que provocassem a abertura de um Processo Disciplinar de servidor militar.

2.2.5 Relacionamento com a Sociedade

2.2.5.1 Canais de Acesso do Cidadão

A CFIAe mantém os seguintes canais de acesso para atender demandas de seus beneficiários e de todos os cidadãos interessados:

- a) Site da Organização, www.cfiae.aer.mil.br;

O site da CFIAe não recebeu, durante o exercício de 2018, reclamações, sugestões ou elogios.

b) Ouvidoria, que se encontra localizada no 11º andar, na sede da Organização.

A Ouvidoria recebeu, durante o exercício de 2018, 15 (quinze) contatos para informações pelo e-mail do setor. As não respondidas prontamente, foram encaminhadas aos setores competentes para as providências sobre o que foi requerido. No exercício, todas as informações solicitadas foram respondidas. Por telefone, não foram recebidas reclamações, sugestões ou elogios.

c) Carta de Serviços ao Cidadão.

d) Cartilha “Entenda a Lei de Acesso a Informação - Lei nº 12.527/11.”

2.2.5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A CFIAe tem publicada em seu site www.cfiae.aer.mil.br a Carta de Serviços ao Cidadão, prevista no Decreto nº 6.932/2009, cujo objetivo é orientar e informar a sociedade sobre a missão, os produtos e serviços prestados pela Autarquia e as formas de acessá-los. Nela, também, são divulgados os Canais de Comunicação, que visam estimular a participação, através de sugestões e críticas, as quais contribuem para elevar os padrões de atendimento e aperfeiçoar os serviços da Instituição.

2.2.5.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos - Usuários

Existe um Indicador de Qualidade para verificar o nível de satisfação dos beneficiários em relação ao produto (empreendimento habitacional) promovido pela CFIAe após a entrega ao adquirente da sua unidade residencial. No presente exercício não houve possibilidade de medição em virtude de não ter sido entregue nenhum empreendimento.

2.2.5.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

No site da Autarquia, www.cfiae.aer.mil.br, constam todas as informações sobre a sua missão, organização e os produtos e serviços prestados a seus beneficiários. No site <http://www2.fab.mil.br/cenciar/index.php/auditorias> poderão ser encontradas informações do Relatório de Gestão da CFIAe e Acórdãos relacionados.

Conforme item 4.1, a CFIAe também dispõe de uma Ouvidoria localizada na Secretaria da Presidência e uma Unidade de Atendimento ao Público com a finalidade de receber as manifestações dos beneficiários, servidores, cidadãos, prestadores de serviço e instituições quanto aos serviços e atendimentos prestados pela Autarquia e outros assuntos relacionados à Instituição, disponíveis a quaisquer interessados em apresentar pedido de acesso à informações sobre a Organização, por qualquer meio legítimo.

O trâmite das demandas apresentadas, desde o seu cadastramento inicial, até a resposta encaminhada ao cidadão, é gerenciado pela Chefia do Gabinete Administrativo da Autarquia. A solicitação de informação é feita por meio de formulário onde contém o destinatário, a identificação do requerente e a descrição da informação solicitada. Estas são analisadas quanto a eventuais restrições de acesso às informações sigilosas ou de caráter pessoal. O acesso às informações classificadas como sigilosas ficam restritas às pessoas que tenham necessidade de conhecê-las e que sejam devidamente credenciadas na forma da legislação, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.

Existem documentos internos em forma de Normas de Serviço, mas de conteúdo ostensivo a qualquer cidadão, que normatizam os procedimentos da Autarquia. São eles: A NS nº 021/DE/2008 - Atendimento ao Beneficiário – que tem por finalidade disciplinar os procedimentos visando dar atendimento ágil, seguro e eficaz aos beneficiários da Autarquia, a NS nº 039/GADM/2012 – Sistema de Informação ao Cidadão – que estabelece os procedimentos para receber, analisar e responder às solicitações de informações conforme previstas na Lei 12.527, de 18 NOV 2011, regulamentada pelo Decreto Nº 7.724, de 16 MAIO 2012, que asseguram o direito fundamental de

acesso à informação e a NS nº 010/PRES/2015, cuja finalidade é normatizar as atividades da Ouvidoria da CFIAe.

A Autarquia desenvolveu, no exercício, uma cartilha denominada “Entenda a Lei de Acesso a Informação-LAI” (Lei nº 12.527, de 18 NOV 2011) com a finalidade de demonstrar as bases normativas, conceituais e operacionais na aplicação da LAI e orientar o efetivo, a fim de oferecer subsídios aos cidadãos para realização consciente e eficiente dos atos relacionados ao acesso a informação.

3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Administração da Autarquia entende que os controles internos são essenciais à consecução dos objetivos da Organização e são o principal suporte para o seu funcionamento. Para tanto, existem políticas e ações, de natureza preventiva, para diminuir os riscos e garantir, com razoável segurança, a confiabilidade das informações financeiras produzidas; a obediência, a conformidade (*compliance*) às leis e aos regulamentos que a regem; a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano; a eficácia e a eficiência de suas operações frente aos objetivos traçados. Para atender este quesito a CFIAe dispõe da Norma nº 050/PRES/2017 que versa sobre Gestão de Riscos

No Organograma da CFIAe existe a Assessoria de Controle Interno (ASCI), que assessora a Presidência, atuando diretamente nos Processos Administrativos de Gestão, Programa de Trabalho Anual, Relatório de Gestão, Prestação de Contas Mensais, Processos Licitatórios, Controles Financeiros, Balanços Patrimoniais, Controle dos Bens Móveis e Imóveis. A ASCI tem assessorado os Diretores Executivo e Técnico na consecução dos objetivos estratégicos da Autarquia, no que tange à Produção de Unidades Habitacionais, Empréstimos para Pequenas Reformas, acompanhamento da Carteira de Financiamento de Contratos Imobiliários, das receitas e das despesas e o controle da inadimplência.

Dessa forma pode-se inferir que:

- Os mecanismos gerais de controle instituídos pela CFIAe são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis de sua estrutura;
- A comunicação dentro da Autarquia é adequada e existe código formalizado de ética ou de conduta aprovados por Portarias da Presidência;
- Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e constam dos documentos formais;
- As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades;
- Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela Autarquia.

Para cada objetivo estratégico da CFIAe, como consta do item 2.1.2 do presente Relatório, existe, em norma interna, uma avaliação de risco executada de forma contínua, de modo a identificar mudanças do seu perfil ocasionados por transformações nos ambientes interno e externo mas com a consequente adoção de medidas para mitigá-los. Tais riscos quando identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.

Não se tem indícios de ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade, mas em caso de ocorrência de desvios, a Administração possui instrumentos para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. Para tanto existe normas e regulamentos que tratam das atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da Autarquia.

A figura abaixo faz parte da Estrutura de Governança, Integridade, Riscos e Controles da CFIAe, aprovada pela Portaria CFIAe 59-T/GADM, onde constam todos os planos de atuação e interesse desta Autarquia, principalmente, o Plano de Gestão de Riscos e Plano de Integridade que estabelecem as diretrizes para a prevenção e o controle dos riscos.

Figura 3 - Estrutura de Governança, Integridade, Riscos e Controles da CFIAe



4 RESULTADOS DA GESTÃO E DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A CFIAe, mesmo tendo implementado todas as suas ações previstas no PTA 2018, lida com problemas, por vezes, difíceis de serem solucionados uma vez que depende de outras entidades/órgãos como a Superintendência do Patrimônio da União, Caixa Econômica Federal, Prefeituras Municipais e Cartórios, que nem sempre respondem a tempo os seus requerimentos, tudo isso aliado, também, ao desfavorável cenário econômico e financeiro do país, durante o exercício. Assim, algumas de suas metas que deixaram de ser cumpridas totalmente, foram transferidas para o exercício de 2019.

4.1 Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos - Desempenho Operacional

4.1.1 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Quadro A.4.1.1 – Indicador de Desempenho (Periodicidade: Anual)

Denominação	Índice de Referência (exercício anterior)	Meta Prevista p/ o exercício	Índice Observado	Resultado da Meta no exercício	Fórmula de Cálculo
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - IPL	+ 7,37%	IPL > 2%	IPL = + 10,20%	Aumentou	$IPL = \frac{PL \text{ exerc. corrente}}{PL \text{ exerc anterior}} - 1 \times 100$
INADIMPLÊNCIA - IIN	- 4,27%	IIN < 1%	IIN = - 0,88%	Diminuiu	$IIN = \frac{Inad. \text{ exerc. corrente}}{Inad. \text{ exerc anterior}} - 1 \times 100$
EMPRÉST. PEQ REFORMAS - IEMP	133%	IEMP ≥ 35 beneficiários	IEMP = 43 beneficiários	Atendido 123%	$IEMP = \frac{Emprest. \text{ Atend.} 2018}{Emprest. \text{ Previsto} 2018} \times 100$

Fonte: Relatório Final de Metas 2018 da Diretoria Executiva

Quadro A. 4.1.1.1 – Indicador Financeiro – Patrimônio Líquido

Indicador Financeiro – Patrimônio Líquido	
Objetivo da Mensuração	Verificar a evolução anual do Patrimônio Líquido (PL) da Autarquia.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IPL = \frac{PL 2018}{PL 2017} - 1 \times 100 = \frac{125.717.378,51}{114.075.947,07} - 1 \times 100 = (1,1020 - 1) \times 100 = 10,20\%$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Executiva.
Meta para o ano	Aumentar o Patrimônio Líquido em, pelo menos, 2%.
Data e Valor da Última Medição	31 DEZ 2018.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta foi cumprida uma vez que o Patrimônio Líquido aumentou 10,20% em relação ao exercício anterior. O aumento substancial do Patrimônio deveu-se, principalmente, ao resultado de aplicação financeira, a incorporação de ativo referente ao Empreendimento Santos Dumont no Distrito Federal, que acrescentou 3,81% ao PL, a retomada de imóveis por via judicial, cuja sentença, apesar da imprevisibilidade, ocorreu no presente exercício, tendo sido os imóveis incorporados ao Patrimônio e posteriormente revendidos à beneficiários da CFIAe.

Quadro A. 4.1.1.2 – Indicador Financeiro – Inadimplência

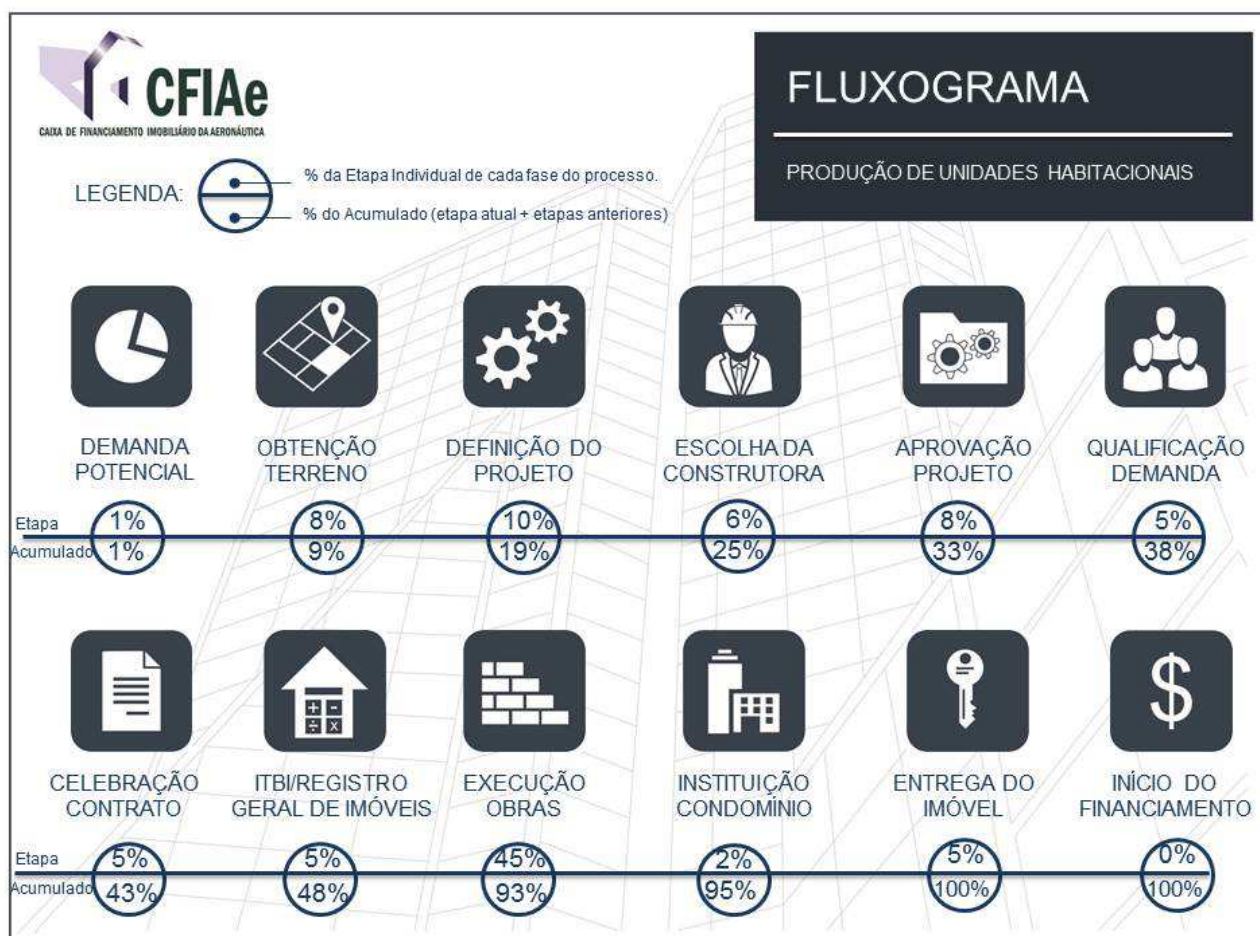
Indicador Financeiro – Inadimplência	
Objetivo da Mensuração	Avaliar o comportamento da inadimplência dos contratos de financiamento.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IIN = \frac{Inad. 2018}{Inad. 2017} - 1 \times 100 = \frac{8.639.067,15}{8.715.830,74} - 1 \times 100 = [0,9911 - 1] \times 100 = - 0,0088 \times 100 = - 0,88\%$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – DCOM - Diretoria Executiva.
Meta para o ano	Reduzir a Inadimplência em, pelo menos, 1%.
Data da Última Medição	31 DEZ 2018.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta foi cumprida parcialmente uma vez que apesar da inadimplência ter diminuído, o índice ficou abaixo do previsto (0,88% < 1%) em relação a 2017.

Quadro A. 4.1.1.3 – Indicador Financeiro – Empréstimos para Pequenas Reformas

Indicador de Produtividade - – Empréstimos para Pequenas Reformas	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados relativos ao que foi previsto na Proposta Orçamentária em relação ao que foi atendido no exercício, referente aos empréstimos para pequenas reformas aos beneficiários da CFIAe.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IEMP = \frac{\text{Empt. atend. 2018}}{\text{Empt. prevista 2018}} \times 100 = \frac{43}{35} \times 100 = 1,23 \times 100 = 123 \%$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Executiva.
Meta para o ano	Atender a 35 beneficiários, como previsto na Proposta Orçamentária do exercício.
Data e Valor da Última Medição	31 DEZ 2018.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta foi cumprida uma vez que foi atendida em 123% do previsto para o exercício. A razão do percentual alto de cumprimento da meta, foi em virtude do valor do crédito total do exercício no valor de R\$ 1.434,000,00 ter sido planejado para atender apenas 35 beneficiários que daria aproximadamente R\$ 41.000,00 por pessoa, mas a média dos valores emprestados ficou em R\$ 33.000,00, atendendo dessa forma 43 beneficiários.

Para os indicadores a seguir, relativos à Produção de Unidades Habitacionais, foi considerado o seguinte fluxograma de desempenho de fases:

Figura 4.1.1 – Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais



Quadro A. 4.1.2 – Indicadores de Produção de Unidades Habitacionais (Periodicidade: Anual)

Denominação PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - IPUH	Índice de Referência (IR)	Índice Previsto (IP)	Índice Observado (IO)	Resultado da Meta (IPUH)	Fórmula de Cálculo
Solar do Bosque	59%	87,40%	98,40%	138,73%	IPUH = $\frac{IO - IR}{IP - IR} \times 100$.
Rio Mar	25%	33%	25%	0%	
Moradas do Sol	19%	33%	19%	0%	
Reserva do Pampa - Canoas	27%	33%	33%	100%	
Santa Maria	4,5%	9%	4,5%	0%	
Caxias	19 %	33%	16,5%	17,85%	
Santa Cruz	9%	19%	9,5%	5 %	

Fonte: Diretoria Técnica

Obs.:

Índice de Referência (IR): Percentual executado acumulado até 31/12/2017;

Índice Previsto (IP): Percentual acumulado previsto para 2018;

Índice observado (IO): Percentual executado acumulado até 31/12/2018;

Resultado da Meta (IPUH): Razão entre o Índice Observado subtraído o Índice de Referência e o Índice Previsto subtraído o Índice de Referência.

Quadro A.4.1.2.1 – Empreendimento Residencial Solar do Bosque – 180 unid. habit. – Sulacap – RJ

Indicador de Produtividade – eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IPUH = \frac{\% IO - IR}{\% IP - IR} \times 100 = \frac{39,40}{28,40} = 1,3873 \times 100 = 138,73\%$ <p>Onde: Índice de Referência (IR): Percentual executado acumulado até 31/12/2017: 59%; Índice Previsto (IP): Percentual acumulado previsto para 2018: 87,40%; Índice observado (IO): Percentual executado acumulado até 31/12/2018: 98,40%; Resultado da Meta (IPUH): Razão entre o Índice Observado subtraído o Índice de Referência e o Índice Previsto subtraído o Índice de Referência: 138,73%</p>
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	Execução de 60% das obras.
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2018.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta para o exercício foi ultrapassada.

Quadro A.4.1.2.2 - Empreendimento Residencial Rio Mar – 245 unid. Habit. – Belém – PA

Indicador de Produtividade – eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IPUH = \frac{\% IO - IR}{\% IP - IR} \times 100 = \frac{25-25}{33-25} = \frac{0}{8} = 0\%$ <p>Onde: Índice de Referência (IR): Percentual executado acumulado até 31/12/2017: 25%; Índice Previsto (IP): Percentual acumulado previsto para 2018: 33%; avançar para próxima etapa. Índice observado (IO): Percentual executado acumulado até 31/12/2018: 25%; Resultado da Meta (IPUH): Razão entre o Índice Observado subtraído o Índice de Referência e o Índice Previsto subtraído o Índice de Referência: 0%.</p>
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	Concluir novo contrato de cessão do terreno, junto à SPU.
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2018
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	Até o presente momento, a meta não foi integralmente alcançada. Esta meta depende, essencialmente, de órgão externo à CFIAe, no caso, órgãos do Sistema de Patrimônio da União.

Quadro A.4.1.2.3 – Empreendimento Residencial Moradas do Sol – 120 unid. Habit. – Fortaleza – CE

Indicador de Produtividade – eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IPUH = \frac{\% IO - IR}{\% IP - IR} \times 100 = \frac{19-19}{33-19} = \frac{0}{14} = 0\%$ <p>Onde: Índice de Referência (IR): Percentual executado acumulado até 31/12/2017: 19%; Índice Previsto (IP): Percentual acumulado previsto para 2018: 33%; avançar para próxima etapa. Índice observado (IO): Percentual executado acumulado até 31/12/2018: 19%; Resultado da Meta (IPUH): Razão entre o Índice Observado subtraído o Índice de Referência e o Índice Previsto subtraído o Índice de Referência: 0%</p>
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	Iniciar processo de seleção da construtora responsável pelo empreendimento.
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2018.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	Até o presente momento, a meta não foi integralmente alcançada. Esta meta depende, essencialmente, de órgão externo à CFIAe, no caso, órgãos do Sistema de Patrimônio da União.

Quadro A.4.1.2.4 Empreendimento Reserva do Pampa - 160 unid. Habit. (duas fases) – Canoas – RS

Indicador de Produtividade – eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IPUH = \frac{\% IO - IR}{\% IP - IR} \times 100 = \frac{33-27\%}{33-27\%} = 1 \times 100 = 100\%$ <p>Onde: Índice de Referência (IR): Percentual executado acumulado até 31/12/2017: 27%; Índice Previsto (IP): Percentual acumulado previsto para 2017: 33%; Índice observado (IO): Percentual executado acumulado até 31/12/2017: 33%; Resultado da Meta (IPUH): Razão entre o Índice Observado subtraído o Índice de Referência e o Índice Previsto subtraído o Índice de Referência: 100%</p>
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	Iniciar processo de seleção da construtora responsável pelo empreendimento e efetuar gestões, junto à Caixa Econômica Federal para execução da fase 1.
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2018.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta foi cumprida. A construtora foi escolhida, e foi iniciado o processo de solicitação de recursos, junto à CEF.

Quadro A.4.1.2.5 Santa Maria - DF – Terreno

Indicador de Produtividade – eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IPUH = \frac{\% IO - IR}{\% IP - IR} \times 100 = \frac{4,5-4,5\%}{9-4,5\%} = 0 \times 100 = 0\%$ <p>Onde: Índice de Referência (IR): Percentual executado acumulado até 31/12/2017: 4,5%; Índice Previsto (IP): Percentual acumulado previsto para 2018: 9%; Índice observado (IO): Percentual executado acumulado até 31/12/2018: 4,5%; Resultado da Meta (IPUH): Razão entre o Índice Observado subtraído o Índice de Referência e o Índice Previsto subtraído o Índice de Referência: 0%</p>
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	Executar a transferência de terreno de nova área em Santa Maria junto à Superintendência do Patrimônio da União.
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2018.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	Até o presente momento, a meta não foi integralmente alcançada. Esta meta depende, essencialmente, de órgão externo à CFIAe, no caso, órgãos do Sistema de Patrimônio da União.

Quadro A.4.1.2.6 – Caxias – RJ - Lotes

Indicador de Produtividade – eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IPUH = \frac{\% IO - IR}{\% IP - IR} \times 100 = \frac{16,5 - 19}{33 - 19} = 0,1785 \times 100\% = 17,85\%$ <p>Onde: Índice de Referência (IR): Percentual executado acumulado até 31/12/2017: 19%; Índice Previsto (IP): Percentual acumulado previsto para 2018: 33%; Índice observado (IO): Percentual executado acumulado até 31/12/2018: 16,5%; Resultado da Meta (IPUH): Razão entre o Índice Observado subtraído o Índice de Referência e o Índice Previsto subtraído o Índice de Referência: 17,85%</p> <p>Obs: Para execução do IPUH foi considerado o mesmo fluxograma para Produção de Unidades Habitacionais, por analogia, Assim, a etapa atual do loteamento de Caxias – RGI está inserida na fase de aprovação de projeto. Foi considerado metade da etapa realizada até o momento, pois falta o registro do loteamento para que a aprovação do projeto esteja completa e a etapa totalmente realizada.</p>
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	Efetuar o registro do loteamento no Registro Geral de Imóveis – RGI
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2018.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	Até o presente momento a meta não foi integralmente alcançada. Algumas etapas independem da CFIAe, pois são de responsabilidade de outros órgãos da Administração Pública.

Quadro A.4.1.2.7 – Santa Cruz – RJ – Terreno

Indicador de Produtividade – eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IPUH = \frac{\% IO - IR}{\% IP - IR} \times 100 = \frac{9,5 - 9\%}{19 - 9\%} = 0,05 \times 100 = 5\%$ <p>Onde: Índice de Referência (IR): Percentual executado acumulado até 31/12/2017: 9%; Índice Previsto (IP): Percentual acumulado previsto para 2018: 19%; Índice observado (IO): Percentual executado acumulado até 31/12/2018: 9,5%; Resultado da Meta (IPUH): Razão entre o Índice Observado subtraído o Índice de Referência e o Índice Previsto subtraído o Índice de Referência: 5%</p> <p>Obs: Para execução do IPUH foi considerado que o empreendimento de Santa Cruz está em etapa de definição do projeto. Há dificuldades com a viabilidade do empreendimento, no momento atual do mercado.</p>
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	Verificar a viabilidade para execução de empreendimento, em função da conjuntura do mercado na região.

Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2018.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	O estudo de viabilidade realizado indicou que o empreendimento em Santa Cruz deve aguardar a evolução do mercado imobiliário, face à conjuntura econômica do país.

5 ALOCAÇÃO DE RECURSOS DA GESTÃO

5.1 Gestão Orçamentária e Financeira

Quadro A.5.1.1 – Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial						
Código	00JE			Tipo: Operação Especial			
Título	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica						
Iniciativa	-						
Objetivo	-			Código:			
Programa	Financiamento com Retorno		Código: 0902		Tipo: Operação Especial		
Unidade Orçamentária	74205						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	1.500.000,00	1.500.000,00	1.434.000,00	1.434.000,00	1.434.000,00	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
00010	Financiamento Imobiliário para o pessoal da Aeronáutica		Servidor Beneficiado	35	35	43	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Análise Situacional: Sobre esta ação vale salientar que é destinada a atender um dos objetivos estratégicos da Autarquia, qual seja promover aos beneficiários da CFIAe recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais, em forma de empréstimos. Foi prevista uma demanda para 35 beneficiários. Entretanto, foram solicitados e atendidos 43 empréstimos no exercício.

Quadro A. 5.1.1.2 – Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial						
Código	00M1			Tipo: Operação Especial			
Título	Benefícios Assistenciais decorrentes de Auxílio-Funeral e Natalidade						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa			Código: 2108 Tipo: Operação Especial			
Unidade Orçamentária	52211						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	21.204,00	21.204,00	4.814,56	4.814,56	4.814,56	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
-	-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Quadro A.5.1.1.3 – Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial						
Código	0283			Tipo: Operação Especial			
Título	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)			Código:0905 Tipo: Operação Especial			
Unidade Orçamentária	52211						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	50.000,00	50.000,00	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Análise Situacional: Não houve despesa nesta ação em virtude de não ter havido, no período, quitação ou amortização na carteira de financiamentos concedidos para imóveis. Portanto, não houve o conseqüente recolhimento do valor da quitação/amortização à Caixa Econômica Federal.

Quadro A. 5.1.1.4 – Reserva de Contingência

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial						
Código	0Z00			Tipo: Operação Especial			
Título	Reserva de Contingência - Financeira						
Iniciativa							
Objetivo	-			Código:			
Programa	Reserva de Contingência			Código:0999 Tipo: Operação Especial			
Unidade Orçamentária	52211						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0Z00	6.482.139,00	6.482.139,00	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0Z00	Reserva de Contingência			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Análise Situacional: O recurso destinado a Reserva de Contingência foi creditado pela SOF (Secretaria do Orçamento Federal) e ao final do exercício foi recolhido, pela própria, ao Tesouro.

Quadro A. 5.1.1.5 – Contribuições da União para o Custeio do Regime de Previdência Serv. Públicos Federais

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial						
Código	09HB			Tipo: Operação Especial			
Título	Contribuições da União para o Custeio do Regime de Prev. Servidores Públicos Federais						
Iniciativa							
Objetivo	- Código:						
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código:2108 Tipo: Operação Especial						
Unidade Orçamentária	52211						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	14.667,00	14.667,00	5.100,42	5.100,42	5.100,42	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0001	Contribuições da União para o Custeio do Regime de Prev. Servidores Públicos Federais		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Quadro A. 5.1.1.6 – Administração da Unidade

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial						
Código	2000		Tipo: Atividade				
Título	Administração da Unidade						
Iniciativa							
Objetivo	-		Código:				
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	52211						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	4.000.000,00	4.000.000,00	1.262.481,03	1.119.531,68	1.119.531,68	-	142.949,35
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
-	Administração da Unidade		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Quadro A. 5.1.1.7 – Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial					
Código	2011		Tipo: Atividade			
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa						
Objetivo	-		Código:			
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	52211					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício						

Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	12.804,00	12.804,00	8.088,08	8.088,08	7.484,96	603,12	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares		Servidor	06	02	02	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Quadro A. 5.1.1.8 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial						
Código	2012			Tipo: Atividade			
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Iniciativa							
Objetivo	-			Código:			
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa			Código: 2108		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	52211						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	53.964,00	53.964,00	51.296,00	51.296,00	47.174,00	4.122,00	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares		Servidor Beneficiário	10	10	10	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

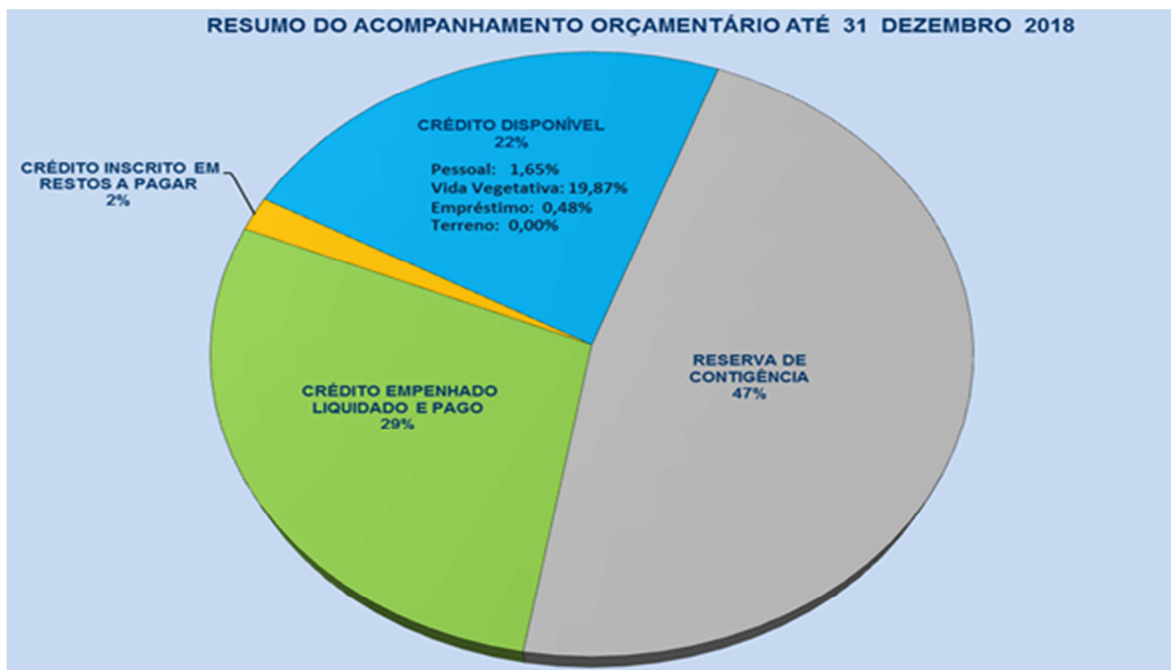
Localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Quadro A. 5.1.1.9 – Pagamento do Pessoal Ativo da União

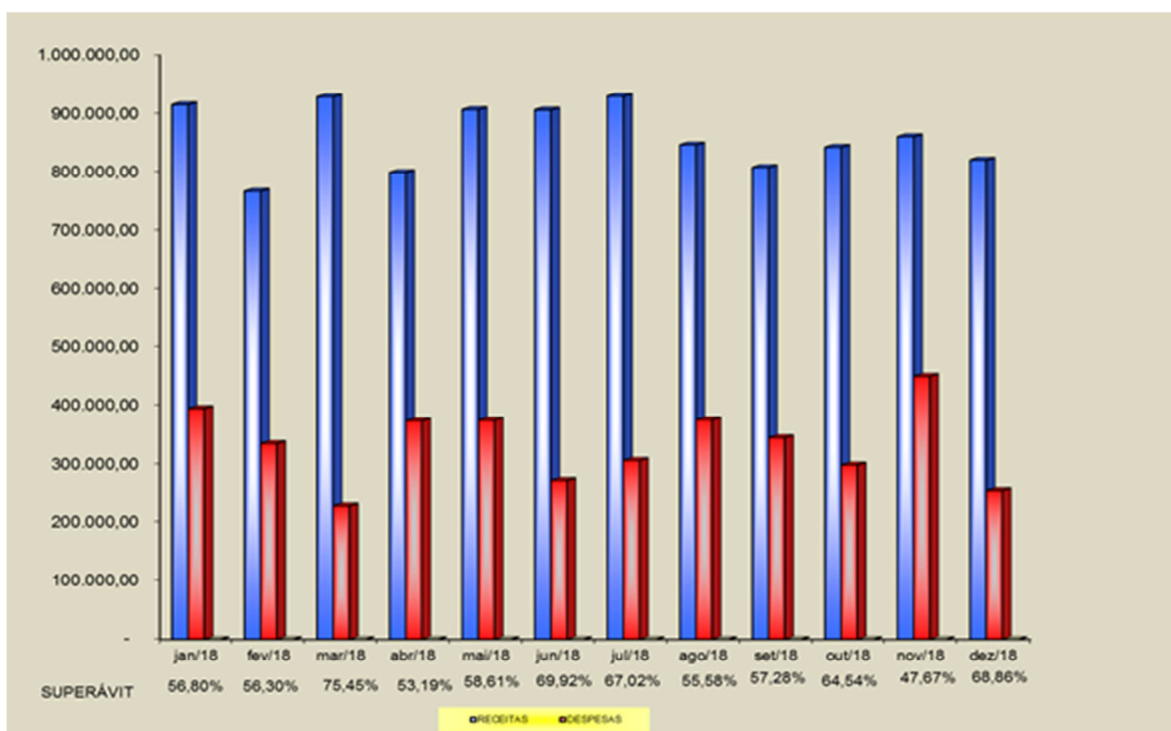
Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial						
Código	20TP		Tipo: Atividade				
Título	Pagamento do Pessoal Ativo da União						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	52211						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	1.402.931,00	1.452.931,00	1.278.777,86	1.278.777,86	1.190.786,81	87.991,05	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0001	Pagamento do Pessoal Ativo da União		Servidor	22	22	22	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Análise Situacional: Se considerarmos que as principais metas financeiras da Autarquia, propostas para o exercício, foram atendidas, podemos concluir que a CFIAe cumpriu o planejado com os recursos recebidos para atender as suas diversas ações. Apesar do contingenciamento nas despesas de custeio e na de investimento, em sua totalidade, a Autarquia conseguiu cumprir com seu planejamento inicial. Quanto às despesas de Restos a Pagar (Ação – Código 2000), em sua maior parte, decorreram de pregões eletrônicos para aquisição de material e serviço, realizados no final do ano. Assim, muitas despesas não foram pagas a tempo, em virtude de alguns fornecedores não efetuarem a entrega do produto ou serviço, até o fechamento do exercício.

5.1.1 Acompanhamento orçamentário durante o exercício



5.1.2. Acompanhamento de Receitas e Despesas da CFIAe durante o exercício



5.1.3 Evolução Patrimonial

Durante o exercício, do valor de R\$ 13.677.709,00, previsto no Plano de Ação da Autarquia, foram contingenciado/bloqueados R\$ 6.482.139,00 do orçamento. Em função desse fato algumas metas não prioritárias tiveram que ser transferidas para 2019. Algumas medidas restritivas tiveram que ser tomadas, mas ainda assim, houve uma evolução positiva de 10,20% no Patrimônio Líquido

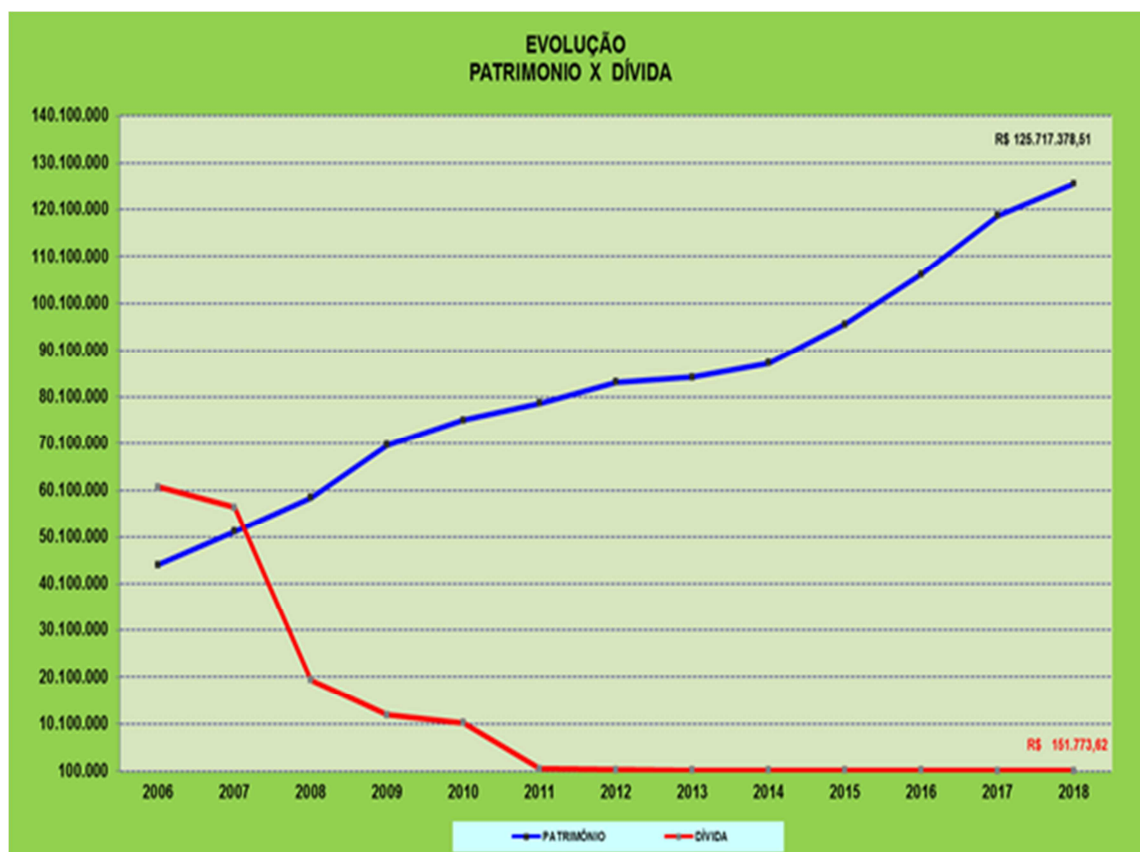
no exercício (de R\$ **114.075.947,07** em 2017 para R\$ **125.717.378,51** em 2018), conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela III - Situação Econômico-Financeira

RESULTADOS DOS BALANÇOS	31/12/2017	31/12/2018
SUPERAVIT FINANCEIRO	81.911.379,16	88.124.593,35
RESULTADO POSITIVO	32.164.567,91	37.592.785,16
PATRIMÔNIO LÍQUIDO SUPERAVITÁRIO	114.075.947,07	125.717.378,51

Fonte: Balanço Patrimonial do exercício (31 DEZ 2018)

Figura 5.1.3 – Evolução Patrimonial X Dívida da CFIAe



5.1.4 Informações sobre a Execução das Despesas - Modalidade de Contratação

Quadro A.5.1.4 – Despesas por Modalidade de Contratação

Unidade Orçamentária: Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica		Código UO: 52211			UGO: 123001			
Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa paga			
	2018	%	2017	%	2018	%	2017	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	681.220,16	16,37	610.874,70	15,62	602.971,10	15,40	490.247,69	13,27
a) Convite	37.250,46			-	37.250,46			-
b) Tomada de Preços				-				-
c) Concorrência				-				-
d) Pregão	643.969,70		610.874,70	-	565.720,64		490.247,69	-
e) Concurso				-				-
f) Consulta				-				-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				-				-
2. Contratações Diretas (h+i)	413.734,12	9,94	189.593,67	4,85	366.893,75	9,37	141.217,76	3,82
h) Dispensa	212.041,57		97.833,34	-	199.952,54		75.538,15	-
i) Inexigibilidade	201.692,55		91.760,33	-	166.941,21		65.679,61	-
3. Regime de Execução Especial	6.000,00	0,14	6.000,00	0,15	6.000,00	0,15	6.000,00	0,16
j) Suprimento de Fundos	6.000,00		6.000,00	-	6.000,00		6.000,00	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.491.438,46	35,83	1.460.859,34	37,35	1.491.438,46	38,08	1.460.859,34	39,53
k) Pagamento em Folha	1.475.070,87		1.441.740,69	-	1.475.070,87		1.441.740,69	-
l) Diárias	16.367,59		19.118,65	-	16.367,59		19.118,65	-
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	2.592.392,74	62,28	2.267.327,71	57,97	2.467.303,31	63,00	2.098.324,79	56,78
6. Outros (Não se Aplica, exceto Folha e Diárias)	1.569.835,83	37,72	1.643.816,43	42,03	1.448.356,40	37,00	1.596.948,54	43,22
7. Total das Despesas UPC	4.162.228,57	100	3.911.144,14	100	3.915.659,71	100	3.695.273,33	100

Fonte: SIAFI 2018/Tesouro Gerencial

5.1.4.1 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Conforme quadro constante do item 8.3 do presente Relatório.

5.1.4.2 Despesas com Publicidade

Quadro A. 5.1.4.2.1 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	2108/2000	6.872,32	6.872,32

Fonte: SIAFI 2018

Análise Crítica:

Dentro das Modalidades de Contratação, o Pregão Eletrônico representou o maior valor da execução orçamentária, no exercício em questão, o que evidencia o comprometimento da Autarquia em tornar mais competitivo e transparente o processo licitatório. Em relação às despesas realizadas por grupo e natureza de despesa, a execução orçamentária esteve dentro do plano de metas constante do Programa de Trabalho Anual da Autarquia. Todas as despesas foram realizadas conforme previsto no planejamento financeiro da Autarquia, de acordo com os processos licitatórios

listados no Quadro A.5.1.4. Com relação ao quadro A.5.1.4.2.1, as despesas com publicidade legal foram realizadas com a Imprensa Nacional, com a publicação de avisos de licitação e contratos.

5.1.4.3 Suprimento de Fundos – Concessão e Utilização

Quadro A.5.1.4.3.1 – Concessão de Suprimento de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2018	123001	CFIAe	03	6.000,00	0,00	0,00	2.000,00
2017	123001	CFIAe	03	6.000,00	0,00	0,00	2.000,00

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

Quadro A. 5.1.4.3.2 – Utilização de Suprimento de Fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2018	123001	CFIAe	03	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
2017	123001	CFIAe	03	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

Quadro A. 5.1.4.3.3 – Classificação dos gastos com Suprimento de Fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
123001	CFIAe	33390.39	66	R\$ 6.000,00
			TOTAL	R\$ 6.000,00

Fonte: SIAFI 2018

Análise Crítica

A utilização da Conta de Suprimento de Fundos tipo “B” ocorreu em caráter excepcional, amparada pela Portaria nº 279, de 14 FEV 2017, do Comandante da Aeronáutica, com a finalidade de atender principalmente despesas de pronto pagamento como emolumentos cartoriais, quais sejam, reconhecimento de firmas, autenticação de documentos, emissão de procurações, expedição de certidões e pagamentos de tributos municipais, que só podem ser pagas em espécie.

5.1.5 Fatores Intervenientes na Gestão Orçamentária e Financeira

Durante o exercício, do valor de R\$ 13.677.709,00, previsto no Plano de Ação da Autarquia, foram contingenciado/bloqueados R\$ 6.482.139,00 do orçamento. Entretanto, de um modo geral o planejamento previsto no Programa de Trabalho Anual foi executado satisfatoriamente. Em virtude de fatores alheios a esta Autarquia, como, por exemplo, a demora na aprovação de projetos pelas respectivas Prefeituras de Municípios, onde foram planejados empreendimentos, foi transferido o início da construção dos projetos, para o exercício de 2019.

5.2 Gestão de Pessoas

5.2.1 Distribuição da Força de Trabalho

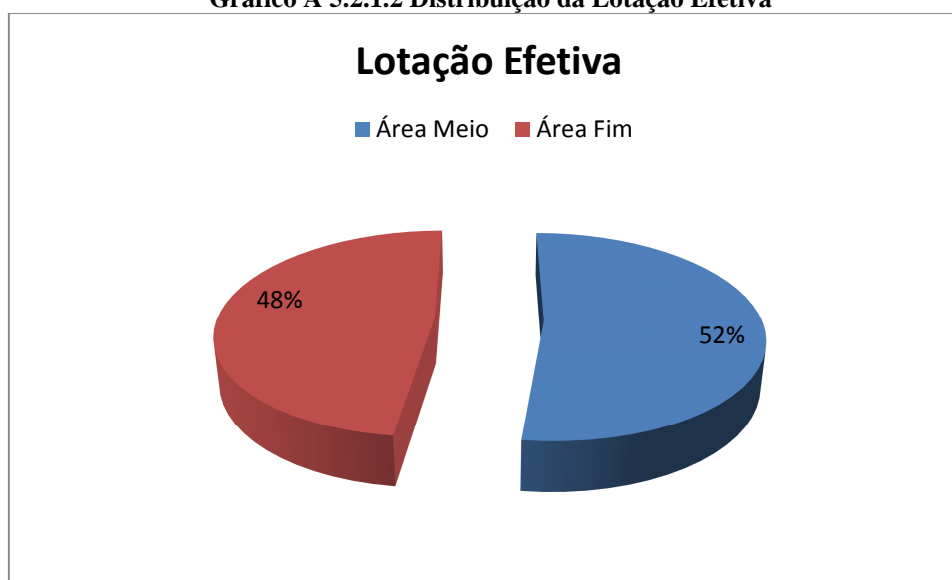
Quadro A. 5.2.1.1 – Força de Trabalho da CFIAe

Tipologias dos Cargos	Lotação			
	Autorizada	Efetiva	Ingressos no exercício	Egressos no exercício
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	01	29	07	06
1.1. Militares de carreira vinculada ao órgão - Ativa	00	18	06	03
1.2. Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2)	01	11	01	03
1.2.1.Servidores de carreira vinculada ao órgão	01	00	00	01
1.2.2.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	00	11	01	02
2. Contratos Temporários (2.1 + 2.2)	00	36	03	02
2.1 Militares temporários (2.1.1 + 2.1.2 + 2.1.3)	00	36	03	02
2.1.1 Serviço Militar Obrigatório	00	01	00	00
2.1.2 Oficiais Temporários	00	07	00	01
2.1.3 Tarefa por Tempo Certo	00	28	03	01
3. Servidores em cargo DAS (3.1+3.2+3.3)	11	10	01	01
3.1 Servidores Civis sem vínculo	03	03	00	00
3.2 Servidores Civis com vínculo requisitados	01	01	00	00
3.3 Militares da Reserva Remunerada/Aposentados	07	06	01	01
4. Total de Servidores (1+2+3)	12	75	11	09

Fonte: Seção de Recursos Humanos

5.2.2 Distribuição da Lotação Efetiva

Gráfico A 5.2.1.2 Distribuição da Lotação Efetiva



5.2.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Quadro A. 5.2.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da CFIAe

Tipologia dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão (1.1+1.2)	11	11	1	3
1.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Cargos de Direção e Assessoramento Superior (1.2.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	11	11	1	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos ou Esferas	2	1	0	1
1.2.4. Sem vínculo	3	3	0	0
1.2.5. Militares da Reserva Remunerada / Aposentados	6	7	1	1
2. Funções Gratificadas (2.1+2.2+2.3)	15	9	1	2
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros Órgãos ou Esferas	15	9	1	2
Total de Servidores em Cargo e em Função (1 + 2)	26	20	2	5

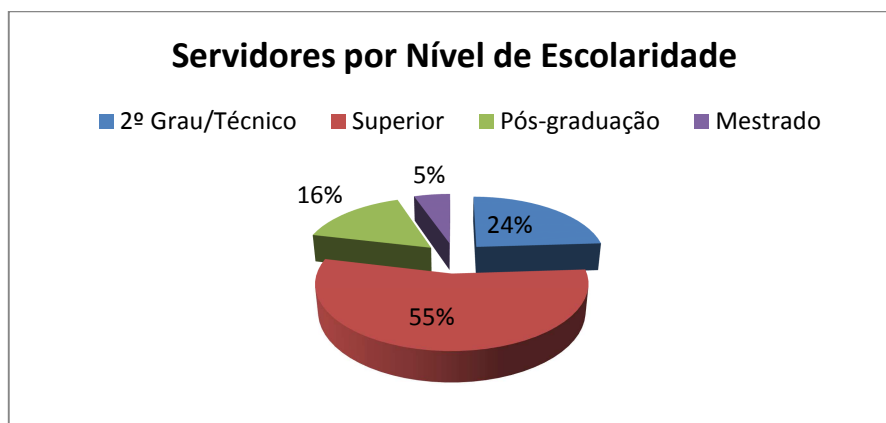
Fonte: Seção de Recursos Humanos (31/12/2018)

Análise Crítica: Os recursos humanos existentes são constituídos na sua quase totalidade de militares e servidores civis, prestando serviço, cedidos ou designados para execução de Tarefa por Tempo Certo, originários de Organizações Militares do Comando da Aeronáutica, conforme previsto na Lei nº 6.715, de 12 NOV1979. Esta Autarquia tem envidado esforços junto ao Comando Geral do Pessoal da Aeronáutica (COMGEP) no sentido de aprovar a criação de uma ramificação da Tabela de Lotação da Diretoria de Administração de Pessoal da Aeronáutica (DIRAP) para regularizar os militares da ativa que prestam serviço na CFIAe.

Não há diferença na avaliação entre o trabalho dos servidores em cargos comissionados e não comissionados. A Autarquia busca a prevalência de um ambiente de convivência no qual serão respeitadas as diferenças individuais de cada elemento do grupo. A ética, o espírito de equipe, a colaboração e a cortesia norteiam todas as ações dos integrantes da CFIAe.

5.2.4 Distribuição por Nível de Escolaridade

Gráfico A. 5.2.1.4 – Servidores por Nível de Escolaridade

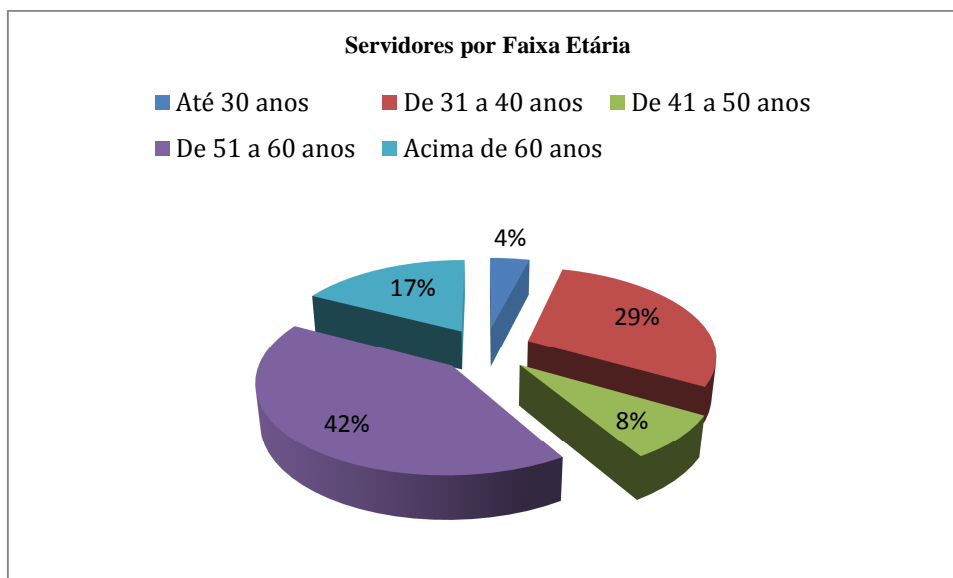


Quadro A. 5.2.1.5 – Previsão de Aposentadoria do Quadro de Servidores da CFIAe

Tempo de Aposentadoria	Quantidade											
	2009	2010	2013	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
1. Já adquirido	01	01	01	01	00	01	02					
2. Previsão (s/ licença)								02	01	03	01	00

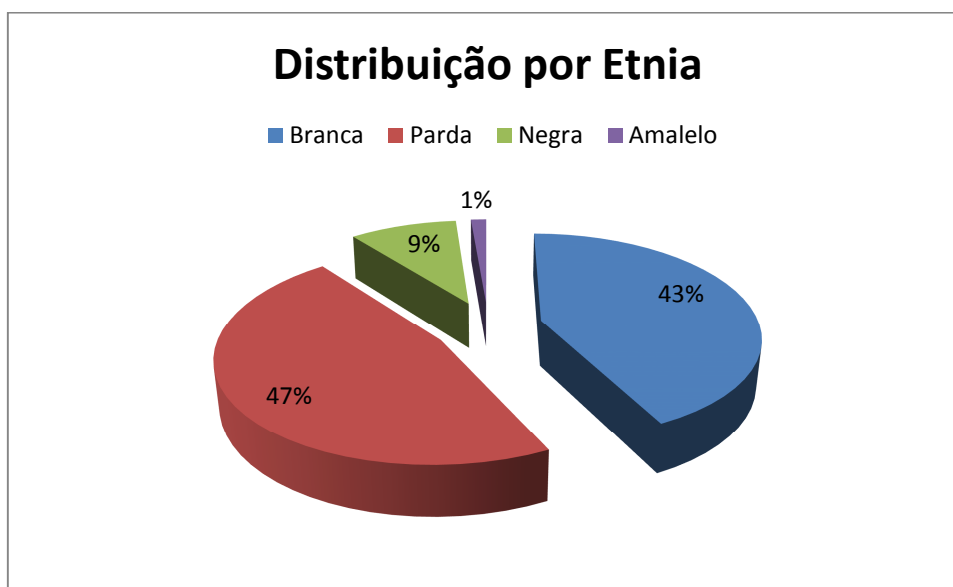
5.2.5 Distribuição por Faixa Etária

Gráfico A. 5.2.1.6 – Servidores por Faixa Etária



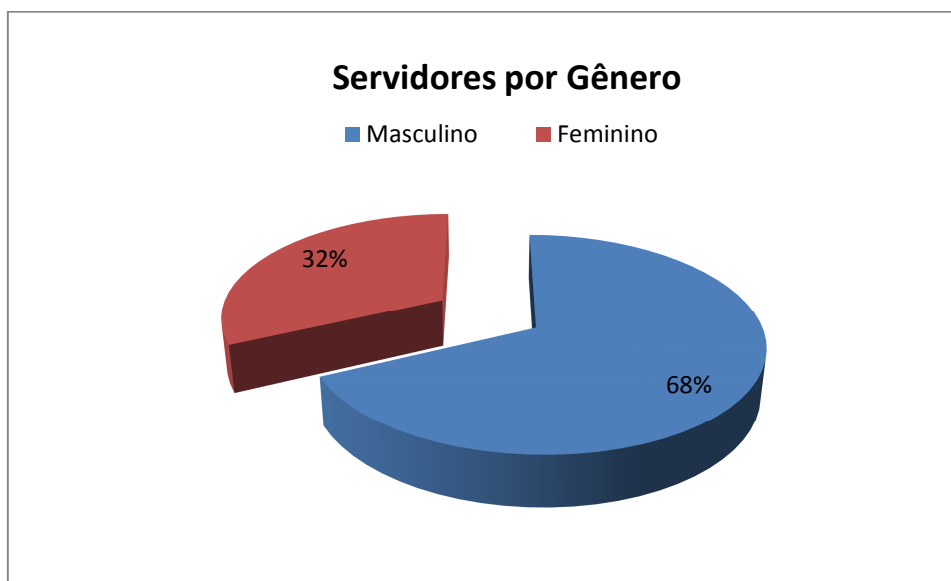
5.2.6 Distribuição por Etnia

Gráfico A. 5.2.1.7 – Servidores por Etnia



5.2.7 Distribuição por Gênero

Gráfico A. 5.2.1.8 – Servidores por Gênero



5.2.2 Indicadores de Recursos Humanos

Quadro A. 5.2.2.1 – Indicadores de Recursos Humanos – Absenteísmo

Indicador de Absenteísmo - IAB	
Objetivo da Mensuração	Controlar o índice de absenteísmo da força de trabalho da Autarquia.
Identificação das Variáveis	Faltas ao trabalho e dias de trabalho computados.
Origem dos dados empregados na fórmula	Folha de Frequência dos servidores
Fórmula do Indicador de Desempenho	$\text{IAB} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de faltas ao trabalho}}{\text{Dias de trabalho computados}} = \frac{166}{16950} = 0,0097 \times 100 = 0,97\%$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Seção de Recursos Humanos
Meta para o ano	Manter o índice de absenteísmo abaixo de 1%.
Data e Valor da última medição	31 de dezembro de 2018
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Com 0,97% de absenteísmo, a meta foi cumprida

Análise crítica: A manutenção do índice de absenteísmo com percentual abaixo do estabelecido foi resultado de reuniões de motivação com os servidores, contribuindo para manter a capacidade força de trabalho em níveis elevados.

Quadro A. 5.2.2.2 – Indicadores de Recursos Humanos – Acidente de Trabalho

Indicador de Acidente de Trabalho - IAT	
Objetivo da Mensuração	Controlar a integridade física dos servidores da Autarquia.
Identificação das Variáveis	Nº de servidores e ocorrências de acidente registradas.

Origem dos dados empregados na fórmula	Seção de Recursos Humanos.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IAT = \frac{N^{\circ} \text{ acidentados .registrados}}{\text{Efetivo}} = \frac{0}{75} = 0 \times 100 = 0\%$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Seção de Recursos Humanos
Meta para o ano	Manter o índice de acidentes de trabalho abaixo em 0% .
Data e Valor da última medição	31 de dezembro de 2018
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Com o índice 0% de acidentes de trabalho, a meta foi cumprida.

Análise crítica: A manutenção do índice abaixo de 0% de acidentes no trabalho contribuiu para manter ativo o potencial de trabalho da Autarquia.

Quadro A. 5.2.2.3 - Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

DESCRIÇÃO DOS CURSOS	Nº DE SERVIDORES QUE REALIZARAM CURSOS
Curso Semana Especial de SIAP cad - Cadastro de Pessoal e SIAPE Folha	2
Curso Prático Retenções na Fonte de Tributos e Contribuições Sociais na Contratação de Bens e Serviços	2
Curso V-Ray para Sketch Up	5
Curso de Grafologia Pericial (Introdução)	1
Curso Sketch Up Pro 2018 - Básico e Avançado	6
Curso Prático Princípios, Técnicas, Procedimentos e Elaboração de Programas de Auditoria Interna	1
Oficina de Avaliação de Documentos de Arquivo	1
VII Encontro de Gestão de Custos do Setor Público e VI Simpósio SIADS	1
Qualificação Profissional em Editor de Projeto Visual Gráfico	2
Curso Prático Gestão de Materiais, Suprimentos, Compras, Almoxarifado e Patrimônio na Adm. Pública.	2
Seminário EFD Reinf. para órgãos Públicos - eSocial para Órgãos Públicos	3
Curso de Capacitação E-Social na Administração Pública Direta e Indireta	11
Curso Auditoria Governamental e Controles Interno e Externo: Uma Visão Aplicada	1
IV Simpósio de Controle Interno no Ministério da Defesa	1
TOTAL	39

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Obs: Alguns servidores realizaram mais de um curso durante o exercício (22 servidores – 39 cursos).

Quadro A. 5.2.2.4 – Indicadores de Recursos Humanos – Qualificação

Indicador de Capacitação de Recursos Humanos - ICRH	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados do Plano de Capacitação de Recursos Humanos.
Identificação das Variáveis	Servidores Aperfeiçoados e Efetivo.
Origem dos dados empregados na fórmula	Seção de Recursos Humanos
Fórmula do Indicador de Desempenho	$ICRH = \frac{CAT}{\text{Efetivo}} = \frac{22}{75} = 0,2933 = 29,33\%$ Sendo CAT – nº Cursos, Atualizações e Treinamentos no exercício.
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Seção de Recursos Humanos.
Meta para o ano	Proporcionar aperfeiçoamento para 25% do efetivo anualmente,

Data e Valor da última medição	31 de dezembro de 2018
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Com 29,33% do efetivo participando de cursos e treinamentos no exercício, a meta foi plenamente cumprida, ficando acima do percentual previsto

Análise crítica: Para o presente exercício, o esforço foi concentrado na capacitação dos recursos humanos voltado para atividades específicas do setor de vendas da Diretoria Executiva, do setor de produção da Diretoria Técnica, e do setor de Administração da Autarquia, com foco no aperfeiçoamento dos padrões de desempenho no trabalho, buscando resultados que agreguem valor para a Instituição. Durante o exercício, foram realizados 14 (catorze) cursos, beneficiando 28 servidores, equivalendo a 38,36% do efetivo da autarquia.

Quadro A. 5.2.2.5 – Indicadores de Recursos Humanos – Rotatividade de Pessoal

Rotatividade de Pessoal	
Objetivo da Mensuração	Controlar o índice de rotatividade da força de trabalho da Autarquia.
Identificação das Variáveis	Número de servidores substituídos e total do efetivo.
Origem dos dados empregados na fórmula	Boletim interno.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IP = \frac{\text{N}^\circ \text{ de serv. Subst.}}{\text{Total do efetivo}} \times 100 = \frac{7 \times 100}{75} = 9,33\%$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Seção de Recursos Humanos
Meta para o ano	Manter o índice de rotatividade de pessoal abaixo de 5%.
Data e Valor da última medição	31 de dezembro de 2018
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	A meta não foi cumprida em virtude do índice de rotatividade (9,33%) ter ficado acima da meta. A principal causa da meta não ter sido alcançada foi a transferência da DIRAP para a Ilha do Governador, o que provocou alguns requerimentos de transferência por troca e o falecimento de um servidor.

5.2.3 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

O demonstrativo das despesas com Pessoal consta do item 8.2 do presente Relatório.

5.2.3.1 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

A CFIAe não possui no seu efetivo servidores para atender às tarefas de limpeza, conservação, sendo necessária a terceirização através de Contratos. Entretanto esta despesa já consta do Planejamento Orçamentário anual da Autarquia.

A política de contratação de estagiários para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal tem como fundamentação a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, juntamente com a Orientação Normativa nº 2, de 24 de junho de 2016, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que consolida os procedimentos operacionais a serem adotados.

Na CFIAe foram disponibilizadas 14 vagas distribuídas pelos setores internos, com base na demanda, conforme quadro abaixo:

Quadro A. 5.2.3.1.1 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA						
UG/Gestão: 123001/12201						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de Serviço de Limpeza, Conservação, Higiene e Manutenção	05.703.030/0001-88	01/04/18 (4º TA)	01/04/19	Não se aplica	P
2016	Seleção de Estagiários	33.661.745/0001-50	01/12/18 (2º TA)	01/12/19	Níveis Superior e Médio	P

Fonte: Gabinete Administrativo

Legenda: TA – Termo Aditivo

Quadro A. 5.2.3.1.2 Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes								Despesa no exercício (R\$)
	1º T	R\$	2ºT	R\$	3ºT	R\$	4º T	R\$	
1. Nível Superior	11	6.875,94	11	22.236,82	11	25.267,33	15	43.400,67	101.729,68
1.1 Área Fim	5	1.655,73	3	5.622,57	3	7.483,15	5	13.868,24	28.629,69
1.2 Área Meio	6	5.220,21	8	16.614,25	8	17.784,18	10	29.532,43	69.151,07
2. Nível Médio	1	472,48	1	1.352,74	2	2.123,70	0	0,00	3.948,92
2.1 Área Fim	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
2.2 Área Meio	1	472,48	1	1.352,74	2	2.123,70	0	0,00	3.948,92
3. Total	12	7.348,42	12	23.589,56	13	27.391,03	15	43.400,67	101.729,68

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Legenda: T - Trimestre

Análise Crítica: Foram aceitos estudantes de cursos cujas áreas de formação estivessem relacionadas diretamente com as atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos pela Autarquia.

O estágio está sendo realizado sob a responsabilidade e coordenação da instituição de ensino e controlado pela CFIAe, bem como, planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, devendo propiciar complementação de ensino e aprendizagem aos estudantes, constituindo-se em instrumento de iniciação ao trabalho, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

5.2.4 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

Com o objetivo de aprimorar o processo de gestão de riscos nas diversas áreas de atuação, o Comando da Aeronáutica (COMAER) publicou, no ano de 2017, uma diretriz que define a política a ser aplicada a esta gestão, a DCA 16-2, a qual deverá ser observada pelas Organizações subordinadas quando da execução de seus processos.

Alinhado com esse objetivo, o Comando-Geral do Pessoal está elaborando uma Instrução (ICA) que deverá balizar o processo de gerenciamento dos riscos relacionados ao pessoal. Tal ICA encontra-se em fase de aprovação e deverá entrar em vigor no ano base de 2018.

No caso específico da CFIAe, os recursos humanos existentes são constituídos na sua quase totalidade de militares e servidores civis, prestando serviço, cedidos ou designados para execução de Tarefa por Tempo Certo, originários de Organizações Militares do Comando da Aeronáutica, conforme previsto na Lei nº 6.715, de 12 NOV1979. Esta Autarquia tem envidado esforços junto ao

Comando Geral do Pessoal da Aeronáutica (COMGEP) no sentido de aprovar a criação de uma ramificação da Tabela de Lotação da Diretoria de Administração de Pessoal da Aeronáutica (DIRAP) para regularizar os militares da ativa que prestam serviço na CFIAe.

A questão dos Recursos Humanos é uma preocupação constante, uma vez que aproximadamente, 59% dos servidores estão situados na faixa etária de 51(cinquenta e um) anos, em diante, próximo de completar o tempo para a aposentadoria, conforme consta no Gráfico A. 5.2.1.6. Existe a previsão, para os próximos 5 (cinco) anos, de 9 (nove) servidores, equivalente a aproximadamente 12% do efetivo, que estão ou estarão com tempo de serviço e idade em condições de requerer a aposentadoria.

Os indicadores relacionados nos Quadros A.5.2.2.1, A.5.2.2.2, A.5.2.2.3, A.5.2.2.4 e A.5.2.2.5 auxiliam a Autarquia a gerenciar a Gestão de Riscos relacionados ao pessoal.

5.3 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

5.3.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

A estrutura de controle e de gestão de todo o patrimônio imobiliário é realizada pelo Gestor de Patrimônio Imobiliário que é vinculado à Divisão de Promoções Habitacionais (DPRO), constituída de três Oficiais Subalternos e um Graduado, em prestação de tarefa por tempo certo.

Os imóveis, sob responsabilidade da CFIAe, aí incluídos os terrenos destinados à construção dos empreendimentos habitacionais e os recebidos por reintegração de posse, não são inseridos no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, uma vez que não são conceituados como de uso especial, mas sim atendem, especificamente, ao objetivo da Autarquia, qual seja a venda a seus beneficiários, prevista na letra “a” do Art. 3º, da Lei nº 6.715, de 12 NOV 1979, que criou a Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica – CFIAe. Vale ainda, considerar neste contexto, o disposto no Art. 23 do Decreto nº 84.457, de 31 JAN 1980, que regulamenta a Lei de Criação da Autarquia, que estabelece: “*Os imóveis de propriedade da CFIAe serão considerados próprios nacionais para todos os efeitos, exceto para o de registro ou inscrição no domínio da União, (grifo nosso), inclusive aqueles destinados à venda a seus beneficiários, até a transferência dos mesmos aos promitentes compradores, mediante escritura de compra e venda*”. Tais imóveis são originários de cessões da Secretaria do Patrimônio da União, no caso terrenos, e utilizados para a construção de empreendimentos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal.

Os imóveis sofrem inspeções rotineiras, a fim de se verificar eventuais problemas de ordem física e de segurança.

Foram identificados os seguintes riscos relacionados à gestão dos imóveis: invasão; depredação do cercado, muros e despejo de lixo por terceiros.

Para mitigar os riscos acima relacionados, foram adotados os seguintes procedimentos: inspeções periódicas nos imóveis, ações de presença, proteção dos terrenos com cercas de arame, moirões e muros de alvenaria, que constantemente são recuperados.

5.3.1.1 Imóveis Funcionais da União sobre Responsabilidade da CFIAe

A sede da CFIAe está situada em um prédio do Comando da Aeronáutica, cujo responsável pelo Patrimônio Imobiliário é o Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro (GAP-RJ). A CFIAe arca apenas com as despesas de manutenção e limpeza das áreas onde funcionam as dependências da Autarquia, conforme consta no Quadro A.5.2.3.1.1.

5.4 Gestão da Tecnologia da Informação

5.4.1. Principais Sistemas de Informações

A área de TI da CFIAe é formada pelos seguintes servidores: primário, secundário e de arquivos, que atendem a rede interna de computadores da Autarquia, um servidor LINUX para o SCCI (Sistema de Controle de Crédito Imobiliário); dois servidores, primário e secundário, disponíveis para o site da CFIAe e para o SIG (Sistema de Informações Gerenciais), localizados na sala cofre do CCA-RJ (Centro de Computação da Aeronáutica do Rio de Janeiro), e os dois

servidores de backup, um na sede da Autarquia e outro na sala cofre do CCA-RJ (Centro de Computação da Aeronáutica do Rio de Janeiro).

Os sistemas computacionais utilizados diretamente relacionados aos Macroprocessos Finalísticos, de Apoio e aos Objetivos Estratégicos, desta Autarquia, e que constam do PDTI são:

- Sistema de Informações Gerenciais (SIG):

Desenvolvido para auxiliar as atividades administrativas e gerenciais da CFIAe, as quais não são contempladas pelo Sistema de Controle de Crédito Imobiliário (SCCI).

- Sistema de Controle de Crédito Imobiliário (SCCI):

Desenvolvido para o controle de crédito imobiliário, cuja finalidade é dar subsídios ao Agente Financeiro para que este possa administrar seus créditos em carteira, dando-lhe total apoio, desde a concessão até a finalização do crédito, inclusive, quanto à habilitação ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

- Site CFIAe – www.cfiae.aer.mil.br / www.cfiae.intraer

Apresenta informações dos empreendimentos disponíveis, para o efetivo do COMAER, permitindo o cadastro dos pretendentes, as facilidades para a escolha do melhor financiamento imobiliário e o histórico da Autarquia.

Os recursos humanos lotados para atender o setor de Tecnologia da Informação compõem-se de dois analistas de sistemas, dois técnicos em TI, um desenvolvedor de programas, todos integrantes do Quadro de Militares do Comando da Aeronáutica, e um estagiário. No exercício de 2018, foram desenvolvidos programas e relatórios para os módulos do SIG (Sistema de Informações Gerenciais), a fim de permitir uma melhor análise das informações disponíveis pelo usuário final. No exercício de 2018 foi realizado curso de Designer Gráfico pelo desenvolvedor de programas.

Existe um Comitê de Tecnologia da Informação designado pela Portaria CFIAe nº 20-T/SRH, de 7 de fevereiro de 2018, constituído por 04 (quatro) servidores que se reuniram quatro vezes no exercício, com a finalidade de analisar e avaliar as aquisições de equipamentos e contratação de serviços de Tecnologia da Informação.

Os contratos de serviços e equipamentos relativos à área de tecnologia de informação, no exercício, são listados no Quadro a seguir.

Quadro A.5.4.1– Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2018

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2018
			CNPJ	Denominação		
003/CFIAe/18	Licenciamento Software (SCCI)	19/08/18 a 19/08/22	36.153.963 /0001-72	PROGNUM	R\$ 631.998,24	R\$ 52.666,52

Fonte: SIAFI 2018

Como medidas mitigadoras em uma possível dependência tecnológica da empresa contratada, responsável pela administração do sistema, foram desenvolvidos programas e relatórios no Sistema de Informações Gerenciais (SIG) e elaborado um Plano de Contingenciamento.

No contrato nº 003/CFIAe/18, assinado entre as partes, consta na cláusula 12, item 12.1.1 e no item 4.1.12 do Termo de Referência, a obrigação da contratada de colocar toda a base de dados a disposição da CFIAe, de modo a possibilitar a continuidade dos trabalhos, sem a quebra de sua rotina administrativa.

Análise crítica:

Analisando a importância dos sistemas de informação, nos processos de tomada de decisão da Autarquia, podemos ressaltar que o Sistema de Informações Gerenciais (SIG) é uma ferramenta indispensável, pois, apresenta o perfil dos beneficiários da CFIAe, com as suas necessidades e expectativas na aquisição da casa própria, proporcionando a Administração a correta decisão no tipo

e local de empreendimento a ser lançado. Da mesma forma, o Sistema de Controle de Crédito Imobiliário é responsável pelo controle dos contratos de financiamentos imobiliários entre a CFIAe e seus beneficiários, bem como o controle contábil das receitas e das despesas. Os dois sistemas se completam e têm atendido as necessidades da Autarquia.

5.4.2 Informações sobre o Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia da Informação.

Anexo ao Planejamento Estratégico da CFIAe, existe o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), cuja finalidade é estabelecer o planejamento para o desenvolvimento da tecnologia da informação da Autarquia para o período de 2017 a 2019. Anualmente, o PDTI é revisado e adequado a novas tecnologias, e se necessário, são adquiridos novos equipamentos.

5.5 Gestão de Custos

5.5.1 Sistemática de Apuração de Custos no âmbito da CFIAe

A Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA) é o Órgão Setorial de Custos do Governo Federal, no âmbito do COMAER, instituído pela Portaria SEFA/SUCONT nº 100, de 22 de dezembro de 2011, sendo responsável pelo acompanhamento de custos no âmbito da Aeronáutica, conforme prevê a Portaria STN nº 157, de 09 de março de 2011.

A partir do exercício de 2017, foi utilizado pela CFIAe o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal, que realiza extração de dados dos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, tais como SIAPE, SIAFI e SIOP.

Em relação a esta Autarquia deve-se considerar algumas especificidades que afetam a apuração de custos conforme a seguir:

1- A Autarquia não possui uma Tabela de Dotação de Pessoal e os servidores do seu efetivo são requisitados às Unidades Militares da Aeronáutica para prestarem serviço na Autarquia conforme previsto no art 22 do Decreto nº 84.457 de 31/01/1980 que Regulamenta a Lei nº 6.715 de 12/11/79 que criou a CFIAe. Assim, a apropriação desse pessoal já é feita pelas suas Unidades de origem;

2- Os empreendimentos da CFIAe são financiados pela Caixa Econômica Federal, diretamente aos beneficiários contemplados e construídos por empresa selecionada por aquela Instituição. Dessa forma os recursos para a construção não saem do Orçamento da Autarquia, portanto, não podem ser apropriados por esta Instituição.

Dessa forma, salvo melhor juízo, os custos com pagamento de pessoal que prestam serviços nesta Autarquia são apropriados pelas Unidades a que pertencem os servidores, à exceção dos valores listados no quadro abaixo por se tratar de cargos de DAS e funções gratificadas, enquanto que os custos da construção de empreendimentos planejados pela CFIAe são de responsabilidade da Caixa Econômica Federal. Caso esta Autarquia considerasse apropriar todos esses dados a apuração de custos não representaria a realidade da CFIAe, além de criar uma apropriação em duplicidade.

No exercício de 2018, a apuração dos custos apresentou os dados demonstrados conforme quadro a seguir:

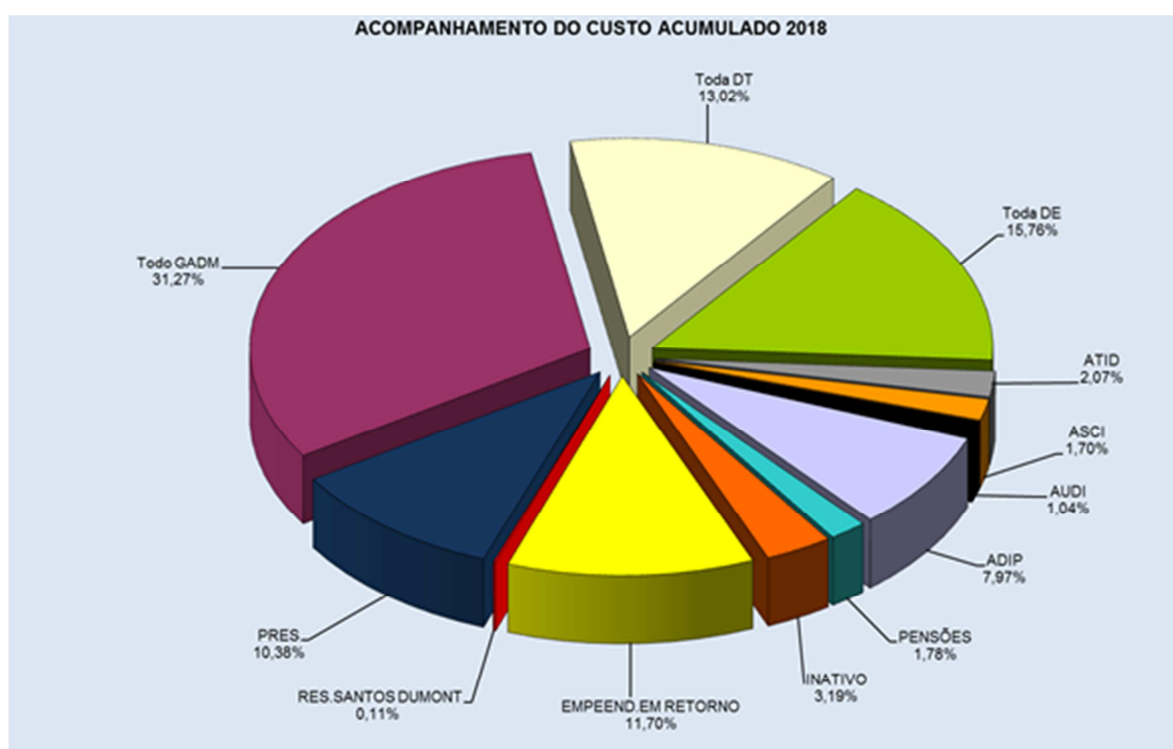
Quadro A.5.5.1 – Despesas em 2018 – Geral

DESPESAS	TOTAL GERAL (R\$)
PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS	1.370.750,41
PAGAMENTO DE ESTAGIÁRIOS	101.729,68
DIÁRIAS	16.367,59
PASSAGENS	27.178,08
MATERIAL DE CONSUMO	75.586,61

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA	126.946,04
SERVIÇOS DE TELEFONIA	53.695,41
SEGUROS E FCVS	100.979,43
OUTROS SERVIÇOS	474.181,54
EMPRÉSTIMOS	1.434.000,00
MATERIAL PERMANENTE	134.244,92
SOMA	3.915.659,71

Fonte: SIAFI 2018

Figura A.5.5.1 – Apuração de Custos em 2018 por setor da Autarquia



5.6. Sustentabilidade Ambiental

5.6.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental

5.6.1.1 Aquisição de Bens e na Contratação dos Serviços ou Obras

O Comando da Aeronáutica - COMAER, por meio do qual a CFIAe é vinculada ao Ministério da Defesa, vem se adequando ao Programa “Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)”, do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica (DIRINFRA), órgão central de Engenharia, tem sido a responsável por implementar Normas para a prática de sustentabilidade dentro do COMAER, com a finalidade de reduzir os gastos públicos e o desperdício de materiais, a partir do uso eficiente e consciente dos recursos naturais e de serviços. Nesse contexto A DIRINFRA criou a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CG-PLS), cujo Plano foi concluído em julho de 2017.

Ele atende completamente ao art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012 e abrange os seguintes temas: racionalização dos recursos naturais (energia elétrica e água), de bens e materiais de consumo (papel de impressão, cartuchos, copos descartáveis e materiais de limpeza); coleta seletiva; sensibilização e capacitação de servidores; compras e contratações sustentáveis.

A CFIAe já começou um trabalho para desenvolver o seu próprio Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS), baseado nas diretrizes do COMAER. Entretanto, em todo processo licitatório da Autarquia já existe a preocupação de se observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012. Dessa forma, a CFIAe tem adotado, nos últimos anos, práticas de sustentabilidade, com ações voltadas para a conscientização ambiental do efetivo, como a redução do consumo de papéis e copos descartáveis, centralização de impressoras para economia de cartuchos e racionalização do consumo de água. Os critérios e práticas de sustentabilidade são praticados e veiculados como consta do objeto da contratação dos serviços ou no fornecimento dos bens, com a premissa de preservar o caráter competitivo do certame, tais como os exemplos constantes dos itens abaixo:

- Aquisição de resmas de papel ofício e envelopes recicláveis;
- Lâmpadas a vapor metálico (Halogenetos);
- Prestadores de serviços de assistência técnica em aparelhos de refrigeração;
- Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de lâmpadas fluorescentes;
- Aquisição de serviços que envolvam o aluguel de veículos automotores (Só sendo admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combustível renovável mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998);
- Obras ou serviços de engenharia, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento.
- Serviços de limpeza e conservação, utilizando materiais recicláveis.

Os projetos dos empreendimentos da CFIAe somente são aprovados pela Prefeitura do Município onde serão construídos, se atendidas às exigências da NBR 9050, que trata da “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”.

A CFIAe está situada no 11º andar do Prédio do COMAER no Rio de Janeiro, cuja responsabilidade pela conservação, manutenção e limpeza das instalações é do Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro (GAP/RJ), portanto, Unidade responsável, por parte da Gestão Ambiental e Sustentabilidade. Entretanto, a Autarquia, com relação a área que ocupa, já executa a separação dos resíduos recicláveis descartados, cuja destinação fica a cargo do GAP/RJ.

Análise Crítica: Apesar da área que sua sede ocupa ser de responsabilidade de outra Organização, a CFIAe tem envidado esforços no sentido de implantar uma política de sustentabilidade para atender os requisitos previstos no Decreto nº 7.746/2012.

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Notas Explicativas (Lei nº 4.320/64)

As demonstrações contábeis e notas explicativas estão registradas no SIAFI e constam do Anexo 8.4 do presente Relatório.

6.1 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações.

A CFIAe segue rigorosamente o Cronograma de Pagamento das Obrigações, conforme disposto no Art. 5º da Lei nº 8.666/1993, a não ser que a Comissão de Recebimento do Material/Serviço ou o servidor (Fiscal de Contrato) responsável pelo recebimento constate alguma irregularidade ou discrepância com relação à documentação, à qualidade e a quantidade do serviço/material adquirido, interrompendo o pagamento da respectiva Nota Fiscal, até que seja solucionada a questão.

6.2 Informações sobre Revisão dos Contratos Vigentes

Com relação às Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento, o Acórdão nº 2859/2013 – TCU – Plenário (TC nº 013.515/2013-6) expôs a necessidade de revisão dos referidos contratos, especialmente os de prestação de serviços, em razão da redução dos custos obtida por fornecedores como resultado da desoneração da folha de pagamento.

Em 02 MAR 2015, o TCU acolhendo o pedido das entidades representativas dos setores abrangidos, suspendeu, em caráter liminar subitens 9.2 e 9.3 do referido Acórdão.

Em consequência, as UPC estão desobrigadas de atender este item. A CFIAe aguarda decisão final do TCU acerca do tema para adotar os procedimentos necessários.

6.3 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão

6.3.1 Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

Em cumprimento às orientações normativas, elaborada pela Unidade Gestora Setorial de Contabilidade do Comando da Aeronáutica, esta Autarquia adotou procedimentos e práticas aplicáveis aos registros e às demonstrações contábeis consoantes as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial, as NBC T 16.9 e 16.10, e observou, ainda, as instruções constantes do item 7.4.13 e 7.4.14, do Módulo 7 – Execução Patrimonial do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER (MCA 172-3).

Em relação à avaliação e mensuração de Ativos e Passivos, e à depreciação dos itens do Ativo Permanente, a Unidade Prestadora de Contas adotou os critérios estabelecidos pelas NBC T 16.10 e 16.9, respectivamente, da seguinte forma:

- a vida útil econômica dos itens do Ativo Permanente, especificamente dos bens móveis, foi estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta de Bens Móveis – 1.2.3.1.0.00.00.

Quadro A.6.3 – Mapa Patrimonial – Depreciação

CÓDIGO	BENS MÓVEIS	SALDO EM 2017	SALDO EM 2018
123110101	Aparelhos de Medição e Orientação	1.451,73	1.447,74
123110102	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	7.350,73	8.791,20
123110105	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	5,90	167,52
123110107	Máquinas e Equipamentos Energéticos	12.430,76	11.250,47
123110108	Máquinas e Equipamentos Gráficos	2.076,03	2.076,03
123110109	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	6,79	6,79
123110301	Aparelhos e Utensílios Domésticos	54.826,09	71.997,68
123110405	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	5.844,99	5.673,57
123110125	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	63,24	53,57
123110201	Equipamentos de Processamento de Dados	321.850,61	471.204,03
123110302	Máquinas e Utensílios de Escritório	1.247,05	1.001,97
123110303	Mobiliário em Geral	150.695,05	156.335,30
123119909	Peças não incorporáveis a Imóveis	-	600,00
123119910	Material de Uso Duradouro	6.432,93	6.503,02
123110000	Bens Móveis	564.581,90	737.108,89
123810100	Depreciações, Amortizações e Exaustões	113.731,64	284.461,46
123000000	Imobilizado	373.458,89	452.647,43

Fonte: SIAFI 2018

7 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

7.1 Conformidade da Gestão e Demanda dos Órgãos de Controle

7.1.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

As últimas recomendações constaram no Relatório de Gestão do ano de 2017.

7.1.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

O órgão de controle interno ao qual esta Autarquia se vincula é o Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR). O tratamento dado às recomendações começa quando o CENCIAR as encaminha por Ofício a esta Autarquia, que por intermédio da Assessoria de Auditoria Interna (AUDI) toma às devidas providências junto à Assessoria de Controle Interno e demais setores da CFIAe. As ações corretivas tomadas são descritas em Relatório próprio com as suas respectivas soluções, comprovações e enviado ao CENCIAR, para conhecimento, certificação e finalização do processo. No exercício, houve uma única recomendação do CENCIAR, pendente de 2017 que, em virtude de ter sido de simples solução já foi atendida, não causando nenhum prejuízo ao erário ou a gestão da CFIAe.

7.1.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

O primeiro passo é a instauração de uma sindicância para apurar responsabilidades. Em seguida é instaurado um inquérito para investigação dos fatos e caso seja concluído que houve crime o processo é encaminhado a Procuradoria Regional Federal para as providências necessárias ao ressarcimento ao erário e se for o caso a consequente condenação ou absolvição do responsável. Não se tem observado na Autarquia ocorrências dessa natureza pelo menos cinco últimos exercícios.

8 ANEXOS E APÊNDICES

8.1. Situação dos Empreendimentos

Tabela I – Situação dos Empreendimentos

Empreendimento / Local	Qtd	Und	Referência (exercício anterior. Etapas executadas até 31/12/2017)	Previsto (Etapas previstas a serem executadas até 31/12/2018)	Executado (Etapas executadas em 2018)	Previsão para 2019/2020
Residencial. Solar do Bosque Rio de Janeiro – RJ	180	Apto	-qualificação da demanda. -foram registrados aproximadamente 60% dos contratos no RGI. - Foram executados 18% da obra. Alcançado 21% executado no ano de 2017. Isso equivale a 59% do acumulado até o ano de 2017.	- Concluir o processo de registro dos contratos de financiamento do Registro Geral de Imóveis; - Dar continuidade ao acompanhamento das obras - Alcançar 60% do total da etapa de execução de obras acumulado.	-Todos os contratos foram registrados. - Acompanhamento das obras sendo efetuado - Foram concluídas 87,56% do total da etapa de execução de obras acumulada.	2019 - Concluir a execução física do empreendimento; - Entregar as unidades habitacionais aos compradores.
Residencial Rio-Mar Belém – PA	245	Casas	Houve avanço junto a Superintendência de Patrimônio da União em torno de 95%.Depende de definição deste órgão para conseguir avançar nesta meta. A meta foi parcialmente cumprida, pois foi prejudicada devido ao aguardo na resposta da Superintendência de Patrimônio. Permanecendo assim, acumulado de 25% do empreendimento.	- Acompanhar, junto ao Ministério da Defesa, as providências relacionadas à Secretaria do Patrimônio da União para elaboração de novo contrato de cessão do terreno. - Concluir novo contrato de cessão do terreno, junto a SPU. (Superintendência do Patrimônio da União).	- Todas as ações possíveis, junto à Secretaria do Patrimônio da União – SPU/BR foram promovidas.. A SPU/BR tornou o parecer final dependente de estudo realizado no Ministério da Defesa, envolvendo as Forças Armadas. . - Após análise da SPU/BR, o processo foi novamente encaminhado à SPU/PA, onde permanece em análise até a presente data, desde mar/18.	2020 - Concluir o novo contrato de cessão do terreno, junto ao Sistema de Patrimônio da União.
Residencial. Morada do Sol - Fortaleza – CE	120	Casas	Meta cumprida parcialmente permanecendo o acumulado em 19% do empreendimento.	- Definir um novo contrato de cessão do terreno, junto a SPU. - Intensificar as gestões, junto à Superintendência do Patrimônio	- A SPU/CE já concedeu a prorrogação do prazo de cessão. - Permanece em análise na SPU/CE,	2020 - Modificar as condições de atendimento de renda dos beneficiários, junto ao Sistema de patrimônio da União.

			Foi solicitada ao Patrimônio da União a renovação do contrato de Fortaleza, com alteração na faixa de renda das famílias a serem atendidas e prorrogação do prazo de cessão. Houve avanço de 80% em relação a esta solicitação.	da União – CE, para modificar as condições de atendimento de renda dos beneficiários. - Iniciar processo de seleção da construtora responsável pelo empreendimento.	a solicitação para modificação das condições de atendimento de renda dos beneficiários. O processo de seleção da Construtora é dependente do novo contrato de cessão da SPU/CE.	
Empreendimento no Município de Canoas – RS	160	Apto	100% concluído. A meta foi cumprida. O Projeto encontra-se aprovado.	- Iniciar processo de seleção da construtora responsável pelo empreendimento. - Efetuar gestões, junto à Caixa Econômica Federal, para obtenção dos recursos para construção e financiamento aos beneficiários da CFIAe.	- Foi selecionada a Construtora responsável pela execução das obras da primeira fase. - Foi também iniciado o processo de solicitação de recursos para construção e financiamento das unidades habitacionais para a primeira fase do empreendimento com 80 unidades, junto à Caixa Econômica Federal de Novo Hamburgo/RS.	2019 - Qualificar a demanda de pretendentes ao empreendimento na FASE 1.
Santa Maria DF	Terreno	-	Foi executada 50% relacionado a solicitação das diretrizes urbanísticas e iniciou –se o estudo de viabilidade. O processo de transferência esta em análise com a Superintendência do Patrimônio da União, dependendo de resposta deste órgão. Considerou-se a 4,5% acumulado até o momento.	- Executar as gestões necessárias, junto à Superintendência do Patrimônio da União/DF para viabilizar a transferência do imóvel, nas condições adequadas aos beneficiários da CFIAe.	- O processo continua em análise na Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal – SPU/DF. - Foi realizado estudo de viabilidade inicial.	2020 - Executar a transferência de nova área do patrimônio da União em Santa Maria/DF. - Promover as gestões necessárias para aquisição de terreno de particular para construção de empreendimento.
Caxias - RJ	Terreno - Loteamento	-	-	- Efetuar, junto ao RGI, o registro do loteamento da Fazenda Mato Grosso.	- O projeto de loteamento está em fase de registro.	2020 - Efetuar, junto ao RGI, o registro do loteamento da Fazenda Mato Grosso.

Santa Cruz - RJ	Terreno	-	-	<p>- Acompanhar a evolução da conjuntura do mercado imobiliário na área de Santa Cruz-RJ, visando à aprovação do Projeto Arquitetônico.</p>	<p>- O estudo de viabilidade realizado indicou que o empreendimento em Santa Cruz deve aguardar a evolução do mercado imobiliário, face à conjuntura econômica do país. O atual desafio reside no fato de que o mercado local possui unidades habitacionais em estoque que não estão sendo vendidas, ainda que com valores abaixo do mercado atual.</p> <p>- O terreno encontra-se parcialmente ocupado, tendo sido requerida a reintegração de posse, com processo em andamento na área jurídica.</p>	<p>2020</p> <p>- Verificar a viabilidade para empreendimento em Santa Cruz – RJ, considerando a conjuntura do mercado imobiliário na região.</p>
-----------------	---------	---	---	---	--	--

Fonte: Diretoria Técnica da CFIAe

8.2. Despesas com Pessoal

Quadro A8.2– Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Indenizações (Diárias)	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Militar da Ativa												
Exercícios	2018					4.890,45						4.890,45
	2017						7.115,93					7.115,93
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão												
Exercícios	2018	9.782,24	-	9.476,00	1.604,85	3.832,60	-	4.236,80				28.932,49
	2017	29.346,72	-	33.242,56	1.604,85	12.458,20	-	13.769,60	-	-	-	90.421,93
Servidores com Contratos Temporários												
Exercícios	2018						5.516,60					5.516,60
	2017						3.094,09					3.094,09
Servidores Aposentados												
Exercícios	2018	18.444,12	45.600,00	15.110,02	-	-	-	-	-	-	-	79.154,14
	2017	18.444,12	45.600,00	15.110,02	-	-	-	-	-	-	-	79.154,14
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial												
Exercícios	2018											
	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior												
Exercícios	2018		899.918,51	69.265,40	22.042,44	64.443,40	5.367,50	204.450,06	16.902,96			1.281.889,15
	2017	-	834.660,71	72.803,72	20.845,60	61.985,32	7.745,55	195.665,13	14.746,09	-	-	1.208.452,12
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas												
Exercícios	2018		1.784,86	34.500,26	1.810,51		593,04		8.172,30			46.860,97
	2017	-	19.107,83	35.506,89	1.690,99	-	1.163,08	-	15.152,34	-	-	72.621,13
Pensionistas do Servidor de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão (FRED)												
Exercícios	2018	38.516,48		4.814,56				170,18				43.501,22

Fonte: SIAFI 2017/2018

Total Folha Pcto. 2018 : R\$ 1.475.070,87 + Diárias 2018: R\$ 16.367,59= 1.491.438,46

8.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.8.3 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica							Código UO: 52211		UGO: 123001	
DESPESAS CORRENTES										
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP processados		RP não processados		Valores Pagos	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
1. Despesas de Pessoal	1.491.438,46	1.460.859,34	1.491.438,46	1.460.858,34	104.320,46	0,00	0,00	0,00	1.387.118,00	1.460.859,34
33190.01	79.154,14	79.154,14	79.154,14	79.154,14	6.088,78	0,00	0,00	0,00	73.065,36	79.154,14
33190.03	38.516,48	0,00	38.516,48	0,00	4.814,56	0,00	0,00	0,00	33.701,92	0,00
33190.11	1.049.252,54	1.048.813,75	1.049.252,54	1.048.813,75	85.894,85	0,00	0,00	0,00	963.357,69	1.048.813,75
33191.13	209.550,48	209.434,73	209.550,48	209.434,73	0,00	0,00	0,00	0,00	209.550,48	209.434,73
33190.16	25.075,26	29.898,43	25.075,26	29.898,43	2.096,20	0,00	0,00	0,00	22.979,06	29.898,43
33390.08	4.814,56	0,00	4.814,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.814,56	0,00
33390.93	9.323,33	6.804,60	9.323,33	6.804,60	700,95	0,00	0,00	0,00	8.622,38	6.804,60
33390.14	6.828,66	8.908,63	6.828,66	8.908,63	0,00	0,00	0,00	0,00	6.828,66	8.908,63
33390.15	9.538,93	10.210,02	9.538,93	10.210,02	0,00	0,00	0,00	0,00	9.538,93	10.210,02
33390.46	51.296,00	54.627,04	51.296,00	54.627,04	4.122,00	0,00	0,00	0,00	47.174,00	54.627,04
33390.49	8.088,08	13.008,00	8.088,08	13.008,00	603,12	0,00	0,00	0,00	7.484,96	13.008,00
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes	1.085.822,19	954.427,31	960.296,79	743.743,21	0,00	0,00	125.525,40	210.684,10	960.296,79	743.743,21
33390.30	75.586,61	42.794,70	75.586,61	30.350,45	0,00	0,00	0,00	12.444,25	75.586,61	30.350,45
33390.33	45.026,28	52.040,69	27.178,08	35.223,99	0,00	0,00	17.848,20	16.816,70	27.178,08	35.223,99
33390.35	7.980,00	7.900,00	7.980,00	7.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.980,00	7.900,00
33390.36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390.39	696.724,52	832.602,23	610.006,02	655.608,50	0,00	0,00	86.718,50	176.993,73	610.006,02	655.608,50
33391.39	25.627,10	10.783,00	6.872,32	7.933,69	0,00	0,00	18.754,78	2.849,31	6.872,32	7.933,69
33390.40	181.058,22	0,00	181.058,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	181.058,22	0,00
33390.47	6.360,44	8.306,69	4.540,38	6.726,58	0,00	0,00	1.820,06	1.580,11	4.540,38	6.726,58
33391.47	5.204,02	0,00	5.204,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.204,02	0,00

3449040	42.255,00	0,00	41.871,40	0,00	0,00	0,00	383,86	0,00	41.871,14	0,00
DESPESAS DE CAPITAL										
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP processados		RP não Processados		0,00	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
4. Investimentos	150.967,92	55.857,49	134.244,92	50.670,78	0,00	0,00	0,00	5.186,71	134.244,92	50.670,78
34490.52	150.967,92	55.857,49	134.244,92	50.670,78	0,00	0,00	16.723,00	5.186,71	134.244,92	50.670,78
5. Inversões Financeiras	1.434.000,00	1.440.000,00	1.434.000,00	1.440.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.434.000,00	1.440.000,00
34590.66	1.434.000,00	1.440.000,00	1.434.000,00	1.440.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.434.000,00	1.440.000,00
34590.61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34690.71	0	0,00	,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

Legenda:

- 33190.01 - Aposentadoria RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar
- 33190.03 - Pensão
- 33190.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
- 33191.13 - Obrigações Patronais - Op. Intra Orçamentária
- 33190.16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
- 33390.93 – Indenizações e Restituições
- 33390.08- Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar
- 33390.14 - Diárias - Pessoal Civil
- 33390.15 - Diárias - Pessoal Militar
- 33390.46 - Auxílio-Alimentação
- 33390.49 - Auxílio-Transporte
- 33390.30 - Material de Consumo
- 33390.33 - Passagens e Despesas com locomoção
- 3339035- Serv.Consultoria
- 33390.36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
- 33390.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 3339040 - Serv.Tecnologia da Informação
- 33391.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Op. Intra Orçamentária
- 34490.52 - Equipamentos e Material Permanente
- 34590.66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos
- 34690.71 - Amortização da Dívida Contratual Interna
- 33390.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas
- 33391.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas – Intra Orçamentária

8.4. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas

8.4.1 – Notas Explicativas

Ao final das demonstrações seguem as Notas Explicativas sobre o Balanço Patrimonial

Quadro A.8.4.1 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO DEZ(Encerrado)

EMISSION 24/01/2019 PAGINA 1

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52211 - CAIXA DE FINAN. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	8.812.325,31	10.597.295,13	Despesas Orçamentárias	4.162.228,57	3.911.144,14
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.452.265,54	1.065.315,78
Vinculadas	8.812.760,24	10.597.295,13	Vinculadas	2.709.963,03	2.845.828,36
Recursos de Receitas Financeiras	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	13.482,00	-
Alienação de Bens e Direitos	-	90.000,00	Recursos de Receitas Financeiras	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	8.812.760,24	10.507.295,13	Alienação de Bens e Direitos	383,86	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-434,93	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.696.097,17	2.845.828,36
Transferências Financeiras Recebidas	2.677.560,76	2.093.871,80	Transferências Financeiras Concedidas	1.169.564,20	1.097.581,80
Resultantes da Execução Orçamentária	1.507.996,56	996.290,00	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Repasse Recebido	1.507.996,56	996.290,00	Independentes da Execução Orçamentária	1.169.564,20	1.097.581,80
Independentes da Execução Orçamentária	1.169.564,20	1.097.581,80	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.169.564,20	1.097.581,80
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.169.564,20	1.097.581,80	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	256.568,86	215.870,81	Despesas Extraorçamentárias	97.127,51	221.892,89
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	104.320,46	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	142.248,40	215.870,81	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	97.127,51	158.000,87
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	83,90
Outros Recebimentos Extraorçamentários	10.000,00	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	63.808,12
Demais Recebimentos	10.000,00	-	Demais Pagamentos	-	63.808,12
Saldo do Exercício Anterior	81.911.379,16	74.234.960,25	Saldo para o Exercício Seguinte	88.228.913,81	81.911.379,16
Caixa e Equivalentes de Caixa	81.911.379,16	74.234.960,25	Caixa e Equivalentes de Caixa	88.228.913,81	81.911.379,16
TOTAL	93.657.834,09	87.141.997,99	TOTAL	93.657.834,09	87.141.997,99

Quadro A.8.4.2 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 24/01/2019	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52211 - CAIXA DE FINANÇ. IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	11.726.081,00	11.726.081,00	8.464.066,10	-3.262.014,90
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	9.757.341,00	9.757.341,00	5.727.347,96	-4.029.993,04
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	9.757.341,00	9.757.341,00	5.727.347,96	-4.029.993,04
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	1.967.003,00	1.967.003,00	2.736.544,91	769.541,91
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.314.086,00	1.314.086,00	1.567.588,87	253.502,87
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	652.917,00	652.917,00	1.168.956,04	516.039,04
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	1.737,00	1.737,00	173,23	-1.563,77
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.737,00	1.737,00	173,23	-1.563,77
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	256.058,00	256.058,00	348.259,21	92.201,21
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	56.949,00	56.949,00	-	-56.949,00
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	56.949,00	56.949,00	-	-56.949,00
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	199.109,00	199.109,00	348.259,21	149.150,21
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

Quadro A.8.4.2 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO DEZ(Encerrado)
-------------------	---------------------------

EMISSÃO 24/01/2019	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	11.982.139,00	11.982.139,00	8.812.325,31	-3.169.813,69
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	11.982.139,00	11.982.139,00	8.812.325,31	-3.169.813,69
TOTAL	11.982.139,00	11.982.139,00	8.812.325,31	-3.169.813,69
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	5.385.570,00	5.441.570,00	2.535.005,65	2.409.864,11	2.305.543,65	2.906.564,35
Pessoal e Encargos Sociais	1.547.598,00	1.603.598,00	1.401.548,90	1.401.548,90	1.302.654,51	202.049,10
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.837.972,00	3.837.972,00	1.133.456,75	1.008.315,21	1.002.889,14	2.704.515,25
DESPESAS DE CAPITAL	1.800.000,00	1.800.000,00	1.627.222,92	1.610.116,06	1.610.116,06	172.777,08
Investimentos	250.000,00	250.000,00	193.222,92	176.116,06	176.116,06	56.777,08
Inversões Financeiras	1.500.000,00	1.500.000,00	1.434.000,00	1.434.000,00	1.434.000,00	66.000,00
Amortização da Dívida	50.000,00	50.000,00	-	-	-	50.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.482.139,00	6.482.139,00	-	-	-	6.482.139,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	13.667.709,00	13.723.709,00	4.162.228,57	4.019.980,17	3.915.659,71	9.561.480,43
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	13.667.709,00	13.723.709,00	4.162.228,57	4.019.980,17	3.915.659,71	9.561.480,43

Quadro A.8.4.2 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO DEZ(Encerrado)
-------------------	---------------------------

EMISSÃO 24/01/2019	PÁGINA 3
-----------------------	-------------

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUPERAVIT			4.650.096,74			-4.650.096,74
TOTAL	13.667.709,00	13.723.709,00	8.812.325,31	4.019.980,17	3.915.659,71	4.911.383,69

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	210.684,10	91.940,80	91.940,80	118.743,30	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	210.684,10	91.940,80	91.940,80	118.743,30	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	5.186,71	5.186,71	5.186,71	-	-
Investimentos	-	5.186,71	5.186,71	5.186,71	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	215.870,81	97.127,51	97.127,51	118.743,30	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

Quadro A.8.4.3 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 24/01/2019	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	96.363.339,84	88.314.152,60	PASSIVO CIRCULANTE	104.320,46	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	88.228.913,81	81.911.379,16	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	101.837,29	-
Créditos a Curto Prazo	4.618.506,01	3.234.190,56	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	4.618.506,01	3.234.190,56	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	15.367,38	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Estoques	3.500.552,64	3.168.582,88	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	2.483,17	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	29.610.132,75	25.908.631,13	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	151.773,62	146.736,66
Ativo Realizável a Longo Prazo	29.157.485,32	25.535.072,24	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	18.107.325,06	14.869.903,86	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	151.773,62	146.736,66
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	18.107.325,06	14.869.903,86	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	11.050.160,26	10.665.168,38	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	256.094,08	146.736,66
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Demais Reservas	-	-
Imobilizado	452.647,43	373.458,89	Resultados Acumulados	125.717.378,51	114.075.947,07
Bens Móveis	452.647,43	373.458,89	Resultado do Exercício	11.597.479,04	7.837.079,54
Bens Móveis	737.108,89	564.581,90	Resultados de Exercícios Anteriores	114.075.947,07	106.238.867,53
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-284.461,46	-191.123,01	Ajustes de Exercícios Anteriores	43.952,40	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	125.717.378,51	114.075.947,07
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			

Quadro A.8.4.3 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO DEZ(Encerrado)

EMISSÃO 24/01/2019 PÁGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	125.973.472,59	114.222.683,73	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	125.973.472,59	114.222.683,73

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	88.228.913,81	81.911.379,16	PASSIVO FINANCEIRO	246.568,86	215.870,81
ATIVO PERMANENTE	37.744.558,78	32.311.304,57	PASSIVO PERMANENTE	151.773,62	146.736,66
			SALDO PATRIMONIAL	125.575.130,11	113.860.076,26

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	44.427,32	20.175,54	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	175.972,28	150.498,81
Execução dos Atos Potenciais Ativos	44.427,32	20.175,54	Execução dos Atos Potenciais Passivos	175.972,28	150.498,81
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	44.427,32	20.175,54	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	175.972,28	150.498,81
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	44.427,32	20.175,54	TOTAL	175.972,28	150.498,81

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	42.250,26
Recursos Vinculados	87.940.094,69
Alienação de Bens e Direitos	-383,86
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	87.940.478,55
TOTAL	87.982.344,95

Quadro A.8.4.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

EXERCICIO 2018	PERIODO DEZ(Encerrado)
EMISSAO 24/01/2019	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	7.584.578,21	8.758.553,30
INGRESSOS	11.151.626,86	12.281.070,54
Receitas Derivadas e Originárias	8.464.066,10	10.187.198,74
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	2.736.544,91	2.458.560,85
Remuneração das Disponibilidades	5.727.347,96	7.727.748,29
Outras Receitas Derivadas e Originárias	173,23	889,60
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	2.687.560,76	2.093.871,80
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.677.560,76	2.093.871,80
Demais Recebimentos	10.000,00	-
DESEMBOLSOS	-3.567.048,65	-3.522.517,24
Pessoal e Demais Despesas	-2.174.486,89	-2.142.946,12
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-2.067.719,61	-2.063.791,98
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-106.767,28	-79.154,14
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-

Quadro A.8.4.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

EMISSAO 24/01/2019 PAGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2018	2017
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-222.997,56	-218.097,30
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-222.997,56	-218.097,30
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-1.169.564,20	-1.161.473,82
Dispêndios Extraorçamentários	-	-83,90
Transferências Financeiras Concedidas	-1.169.564,20	-1.097.581,80
Demais Pagamentos	-	-63.808,12
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.267.043,56	-1.082.134,39
INGRESSOS	348.259,21	410.096,39
Alienação de Bens	-	90.000,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	348.259,21	320.096,39
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-1.615.302,77	-1.492.230,78
Aquisição de Ativo Não Circulante	-139.431,63	-52.230,78
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-1.434.000,00	-1.440.000,00
Outros Desembolsos de Investimentos	-41.871,14	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-

Quadro A.8.4.4 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2018	PERIODO DEZ(Encerrado)
EMISSAO 24/01/2019	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

	2018	2017
AJUSTE ACUMULADO DE CONVERSÃO		-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.317.534,65	7.676.418,91
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	81.911.379,16	74.234.960,25
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	88.228.913,81	81.911.379,16

Quadro A.8.4.5 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 24/01/2019	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	-	-	-	-	-	106.238.867,53	-	-	106.238.867,53
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	7.837.079,54	-	-	7.837.079,54
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017	-	-	-	-	-	114.075.947,07	-	-	114.075.947,07

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	-	-	-	-	-	114.075.947,07	-	-	114.075.947,07
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	43.952,40	-	-	43.952,40
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	11.597.479,04	-	-	11.597.479,04
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	-	-	-	-	-	125.717.378,51	-	-	125.717.378,51

Quadro A.8.4.6 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 24/01/2019	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52211 - CAIXA DE FINANÇ. IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17.605.504,51	15.595.267,11
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	34.510,42	74.722,15
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	34.510,42	74.722,15
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	14.252.787,96	12.194.603,02
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.852.487,07	2.520.249,06
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	5.672.952,93	1.946.605,67
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	5.727.347,96	7.727.748,29
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.689.122,59	2.153.819,48
Transferências Intragovernamentais	2.677.560,76	2.153.428,18
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	11.561,83	391,30
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	421.103,68	970.355,25
Reavaliação de Ativos	6.000,00	7.683,30
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	415.103,68	258.329,52
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	704.342,43
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	207.979,86	201.767,21
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

Quadro A.8.4.6 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 24/01/2019	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	207.979,86	201.767,21
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	6.008.025,47	7.758.187,57
Pessoal e Encargos	1.348.473,69	1.362.586,55
Remuneração a Pessoal	1.071.148,33	1.078.712,18
Encargos Patronais	209.550,48	209.434,73
Benefícios a Pessoal	67.774,88	74.439,64
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	117.670,62	79.154,14
Aposentadorias e Reformas	79.154,14	79.154,14
Pensões	38.516,48	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.139.210,54	1.057.192,40
Uso de Material de Consumo	104.121,32	80.625,62
Serviços	938.536,32	862.464,90
Depreciação, Amortização e Exaustão	96.552,90	114.101,88
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	5.036,96	4.745,31
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	5.036,96	4.745,31
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.169.564,20	1.697.791,94
Transferências Intragovernamentais	1.169.564,20	1.696.107,94
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	1.684,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.222.155,51	395.353,34
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	6.977,02
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	62.692,95	59.556,38
Desincorporação de Ativos	2.159.462,56	328.819,94

Quadro A.8.4.6 – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO DEZ(Encerrado)

EMISSÃO 24/01/2019 PAGINA 3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIÁRIO DA AERONAUTICA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Tributárias	166,86	167,98
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	166,86	167,98
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	3.161.195,91
Custo das Mercadorias Vendidas	-	3.161.195,91
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	5.747,09	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	5.747,09	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	11.597.479,04	7.837.079,54

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2018	2017

Quadro A.8.4.7 - Notas Explicativas-Balanco Patrimonial

COMANDO DA AERONÁUTICA	Código do Órgão
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA	52211

NOTAS EXPLICATIVAS**BALANÇO PATRIMONIAL****Ativo Circulante****Caixa e Equivalentes de Caixa - R\$ 88.228.913,81.**

Do valor apresentado na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, foram aplicados R\$ 88.062.858,71 da seguinte forma:

- recursos da Conta Única Aplicados de R\$ 12.629.460,84; e
- aplicações financeiras de R\$ 75.433.397,87, realizadas na Caixa Econômica Federal, na modalidade CDB FLEX, vencimento em 17/04/19, com taxa a 102,50% do CDI. Rendimentos do período de jan/18 a dez/18 foram R\$ 3.871.928,15.

Empréstimos e Financiamentos Concedidos - R\$ 4.618.506,01.

Composto por:

- valor a receber de R\$ 1.389.090,95, correspondente ao saldo atualizado dos empréstimos, que concedidos sob determinadas condições e com recursos próprios da CFIAe, permitem ao beneficiário ampliar ou reformar a sua moradia ou construí-la em seu próprio terreno;
- valor a receber de R\$ 3.229.415,06, correspondente aos contratos de financiamentos firmados entre a CFIAe e seus mutuários, de acordo com as normas do Sistema Financeiro da Habitação. As condições de reajustes, atualização dos saldos e prazos são as mesmas estabelecidas pelo BNH/CEF.

Adiantamentos Concedidos a Pessoal – R\$ 15.367,38

- o saldo é referente ao adiantamento de 13º salário e férias antecipação, relativos aos servidores de férias no mês de janeiro/19.

Ativo não Circulante**Empréstimos e Financiamentos Concedidos - R\$ 18.107.325,06.**

Composto por:

- valor a receber de R\$ 1.809.707,49, correspondente ao saldo atualizado dos empréstimos, que concedidos sob determinadas condições e com recursos próprios da CFIAe, permitem ao beneficiário ampliar ou reformar a sua moradia ou construí-la em seu próprio terreno;
- valor a receber de R\$ 16.297.617,57, correspondente aos contratos de financiamentos firmados entre a CFIAe e seus mutuários, de acordo com as normas do Sistema Financeiro da Habitação. As condições de reajustes, atualização dos saldos e prazos são as mesmas estabelecidas pelo BNH/CEF.

Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - R\$ 11.050.160,26

Composto por:

- depósito vinculado de R\$ 195.306,02, referente à suspensão de exigibilidade de IPTU/TLP dos terrenos de Ceilândia, pertencentes à CFIAe;
- depósito de honorários periciais de R\$ 3.783,00, conforme determinação da Justiça Federal de Primeiro Grau de Minas Gerais;
- títulos a receber no valor de R\$ 10.851.071,24 do FCVS Fundo de Compensação de Variação Salarial, administrado pela Caixa Econômica Federal, relativos aos saldos devedores dos financiamentos habitacionais, existentes no encerramento do prazo dos contratos firmados com mutuários, de acordo com as normas do SFH - Sistema Financeiro da Habitação.

Imobilizado

Quanto a avaliação e mensuração de ativos e passivos, e à depreciação dos itens do ativo permanente, a CFIAe adotou os critérios estabelecidos pelas NBC T 16.9 e 16.10.

A vida útil econômica dos itens do ativo permanente, especificamente dos bens móveis, foi estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta de Bens Móveis – 1.2.3.1.0.00.00

IMOBILIZADO			
CONTA	BENS MÓVEIS	SALDO EM 2017	SALDO EM 2018
12311.01.01	<i>Aparelhos de Medição</i>	1.451,73	1.447,74
12311.01.02	<i>Aparelhos e Equipamentos de Comunicação</i>	7.650,73	8.791,20
12311.01.05	<i>Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro</i>	5,90	167,52
12311.01.07	<i>Máquinas e Equipamentos Energéticos</i>	12.430,76	11.250,47
12311.01.08	<i>Máquinas e Equipamentos Gráficos</i>	2.076,03	2.076,03
12311.01.09	<i>Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina</i>	6,79	6,79
12311.01.25	<i>Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos</i>	63,24	53,57
12311.02.01	<i>Equip. de Tecnolog.da Inform. e Comunicação</i>	321.850,61	471.204,03
12311.03.01	<i>Aparelhos e Utensílios Domésticos</i>	54.826,09	71.997,68
12311.03.02	<i>Máquinas e Utensílios de Escritório</i>	1.247,05	1.001,97
12311.03.03	<i>Mobiliário em Geral</i>	150.695,05	156.335,30
12311.04.05	<i>Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto</i>	5.844,99	5.673,57
12311.99.09	<i>Bens Móveis em Trânsito</i>	-	600,00
12311.99.10	<i>Material de Uso Duradouro</i>	6.432,93	6.503,02
123110000	<i>Bens Móveis</i>	564.581,90	737.108,89
123810100	<i>Depreciações, Amortiz. e Exaustões - Acumulados</i>	191.123,01	284.461,46
123000000	SALDO DO IMOBILIZADO	373.458,89	452.647,43

Passivo Circulante

Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar – R\$ 101.837,29

- o saldo existente foi ocasionado em virtude de problemas técnicos na implantação das novas regras para geração de ordens bancárias. Mensagens SIAFI 2019/0019707 e 2019/0020880 – UG 170500.

Demais Obrigações a Curto Prazo – Consignações – R\$ 2.483,17

- o saldo existente foi ocasionado em virtude de problemas técnicos na implantação das novas regras para geração de ordens bancárias.

Passivo não Financeiro

Empréstimos e Financiamentos

O saldo de R\$ 151.773,62 corresponde a dívida de empréstimos obtidos junto a Caixa Econômica Federal para fins de construir unidades habitacionais. O saldo remanescente é atualizado mensalmente de acordo com as normas do Sistema Financeiro da Habitação. A CFIAe aguarda a liberação do FCVS - Fundo de Compensação de Variação Salarial para quitação do saldo com encontro de contas.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As variações patrimoniais aumentativas mais expressivas ocorridas no 4º trimestre foram as provenientes de rendimentos das aplicações financeiras, receita de juros oriundas das operações de empréstimos e financiamentos imobiliários, atualização monetária do saldo devedor das carteiras e atualização monetária dos títulos a receber FCVS - Fundo de Compensação de Variação Salarial.

Local	Rio de Janeiro	Data	15/03/2018
Contador			
Responsável	Roberto Hilário Pereira	CRC nº	RJ-085420/0-9

9 RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES

9.1. Rol de Responsáveis

O Rol de Responsáveis, segundo o art. 3º, Parágrafo 1º, da DN nº 161/2017, foi inserido no Sistema e-Contas, conforme instrução.

9.2. Parecer ou Relatório da Unidade de Auditoria Interna

Conforme organograma do item 1.5 do presente Relatório, consta na estrutura da CFIAe uma Auditoria Interna cujas atribuições estão descritas no Regimento Interno da Autarquia. A atuação da Auditoria Interna, no exercício, está descrita no item 2.2.3 deste Relatório.

9.3. Relatório de Auditoria Independente

O Relatório de Auditoria Independente foi elaborado pela empresa Critérios Auditores e Consultores. O Relatório encontra-se arquivado no PAG nº 67011.000090/2018-18 Prestação de

Contas Anual de 2018, na Assessoria de Controle Interno desta Autarquia. A síntese do Relatório elaborado pela a Empresa contratada foi a seguinte:

“A responsabilidade pela administração da carteira bem como de seus controles internos cabe à administração da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica – CFIAe.

Nossa responsabilidade, quanto à extensão necessária é a de expressar uma opinião sobre o que concerne a eficácia dos controles operacionais e contábeis mantidos pelo agente financeiro, para apuração das bases de incidência diárias e das contribuições mensais e das bases de incidência das contribuições trimestrais ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS.

O exame das informações operacionais apresentadas no relatório foi realizado em conexão com os exames dos registros contidos nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2018, as quais foram elaboradas de acordo com as normas contábeis aceitas no Brasil e técnicas de auditoria aplicáveis.

Não houve limitação de escopo e nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas técnicas de auditoria e compreenderam: a verificação dos controles internos, de responsabilidade da administração e a aplicação dos procedimentos de pesquisas, entrevistas, observação direta, análises e conferências das informações operacionais e contábeis na extensão necessária à opinião requerida nas normas ...”.

Conclusão

“Com base em nossos exames, constatamos que as bases de incidência informadas e os recolhimentos, quando devidos, das contribuições mensais e trimestrais ao Fundo de Compensação das Variações Salariais – FCVS da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica referentes ao exercício findo em 31/12/2018, encontram-se adequados aos pressupostos contidos nos Manual de Normas e Procedimentos Operacionais – MNPO/FCVS vigente, Roteiro de Análise/Banco de Índices, MP 1.520/96 e sucedâneas, Lei 10.150/00 e Resoluções pertinentes.

Não foram realizados recolhimentos de contribuições ao Fundo de Compensação das Variações Salariais – FCVS no período de fevereiro de 2018 a dezembro de 2018, em decorrência do encerramento em 31 de janeiro de 2018, de todos os contratos com contribuição ao FCVS.

Critérios Auditores e Consultores

*CNPJ 02.434.062/0001-37 CRC/RJ 003046/O-2
CVM nº 11.150 Reg. IBRACON*

Marcelo dos Santos de Oliveira

*Técnico responsável e representante legal da empresa de auditoria
Contador CRC/RJ 068459/O-0 IBRACON nº 3644”*

9.4. Declarações – Responsáveis



Yeda Lúcia L. Jackson
Gestora de RH



Ilda da S. L. Rodrigues
Gestora de Finanças



Roberto Hilário Pereira
Contador

9.4.1. Declaração de Integridade e Completude dos Registros de Atos

9.4.1.1 Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC)

O controle dos atos de admissão e concessões na Autarquia, para efeito de registro no Sisac, é feito pela Seção de Recursos Humanos através de cotejamento mensal na folha de pagamento da Organização. Após esse cotejamento, a folha segue para a Assessoria de Controle Interno da CFIAe para a certificação dos dados.

Quadro A.9.4.1 - Declaração sobre a integridade e completude dos registros de atos no Sisac

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da CFIAe estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2019.

Yeda Lúcia Lima Jackson

598.349.607-78

Chefe da Seção de Recursos Humanos

9.4.2. Declaração de Cump. das Disposição da Lei nº 8.730/93 quanto à entrega das Decl. Bens e Rendas

A coleta das DBR dos servidores obrigados à disponibilizá-la é feita no início do mês de maio, logo após expirado o prazo estipulado pela Secretaria da Receita Federal, para entrega das Declarações de Bens e Rendas. Após a entrega, os registros da apresentação das DBR são publicados em Boletim Interno e em seguida guardados em cofre da Tesouraria da Autarquia.

Quadro A.9.4.2 - Declaração do responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR dos servidores

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo, que todos os servidores da CFIAe obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens rendas junto a Seção de Recursos Humanos para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2019.

Yeda Lúcia Lima Jackson

598.349.607-78

Chefe da Seção de Recursos Humanos

9.4.3. Declaração de Integridade dos Registros das Info no Sist. Integrado de Planej. e Orçamento

Quadro A.9.4.3– Declaração de integridade das informações do Orçamento Federal Anual no SIOP

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta Autarquia, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2019.

Ilda da Silva Lemos Rodrigues

722.255.057-72

Chefe da Divisão de Finanças

9.4.4. Declaração sobre a Conform Contábil dos Atos e Fatos da Gestão Orç, Financ. e Patrim.

A análise diária do Relatório “Conformidade de Registro de Gestão”, no qual constam todos os registros é realizada por servidor da Assessoria de Controle Interno da CFIAe, conforme Rol de Responsáveis no SIAFI, dentro do prazo previsto na legislação.

A conformidade contábil no âmbito da CFIAe é realizada pelo Contador com a análise da legalidade, legitimidade, conforme legislação aplicável, cuja declaração consta do item 9.5.5.1.

No exercício de 2018, não houve nenhuma ocorrência, alertas ou ressalvas quanto aos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Autarquia.

9.4.5. Declaração do Contador sobre a Fidedignidade dos Registros Contábeis -SIAFI

9.4.5.1 Declaração Plena

Quadro A.9.4.5.1 - Declaração do Contador afirmativa da fidedignidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA			123001
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2018, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Caixa de Financiamento da Aeronáutica que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	RIO DE JANEIRO	Data	15 MAR 2019
Contador Responsável	ROBERTO HILÁRIO PEREIRA	CRC nº	085420/O-9 RJ

9.5 Órgão de Correição

As informações sobre as atividade de Correição constam do item 2.2.4 do presente Relatório.

9.6 Rol dos Responsáveis

Unidade Gestora:	CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA				
Gestão:	123001				
Natureza da Responsabilidade:	Presidente da Autarquia - Dirigente Máximo				
Agente:	Marco Aurélio Gonçalves Mendes			CPF:	449.425.758-34
Endereço (Residencial):	Rua Humberto de Campos, 480, apto 1002 – Bairro: Leblon				
Município:	Rio de Janeiro				
CEP:	22430-190	UF:	RJ	Telefone:	(021) 3489-1835
E-mail:	marcomendes@terra.com.br			Fax:	(021) 2262-8071
Cargo ou Função:	Presidente da CFIAe				
Designação:	Data:	17/10/2013	Exoneração:	Data:	17/12/2018
	Documento:	DOU nº 202		Documento:	DOU nº242
Efetiva Gestão no Período:	Data de Início:			01/01/2018	
	Data de Término:			17/12/2018	
Natureza da Responsabilidade:	Diretor Executivo da Autarquia – Segundo nível de Direção				
Agente:	Elcio Picchi			CPF:	715.608.408-97
Endereço (Residencial):	Rua Grão de Areia, 281, apto 302 – Jardim Guanabara				
Município:	Rio de Janeiro				
CEP:	21941-080	UF:	RJ	Telefone:	(021) 3975-2284
E-mail:	epicchi@terra.com.br			Fax:	(021) 2262-8864
Cargo ou Função:	Diretor Executivo da Autarquia				
Designação:	Data:	21/06/2011	Exoneração:	Data:	17/12/2018
	Documento:	DOU nº 118		Documento:	DOU nº242
Efetiva Gestão no Período:	Data de Início:			01/01/2018	
	Data de Término:			17/12/2018	
Natureza da Responsabilidade:	Presidente da Autarquia - Dirigente Máximo				
Agente:	Elcio Picchi			CPF:	715.608.408-97
Endereço (Residencial):	Rua Grão de Areia, 281, apto 302 – Jardim Guanabara				
Município:	Rio de Janeiro				
CEP:	21941-080	UF:	RJ	Telefone:	(021) 3975-2284
E-mail:	epicchi@terra.com.br			Fax:	(021) 2262-8864
Cargo ou Função:	Presidente da Autarquia - Dirigente Máximo				
Designação:	Data:	17/12/2018	Exoneração:	Data:	
	Documento:	DOU nº242		Documento:	
Efetiva Gestão no Período:	Data de Início:			17/12/2018	
	Data de Término:			31/12/2018	
Natureza da Responsabilidade:	Diretor Técnico da Autarquia – Segundo nível de Direção				
Agente:	Manoel Andrade Rebelo			CPF:	095.538.517-20

Endereço (Residencial):	Rua Professor Gastão Bahiana, 496, apto 106 – Bairro: Copacabana				
Município:	Rio de Janeiro				
CEP:	22071-030	UF:	RJ	Telefone:	(021) 2522-7399
E-mail:	manoelande@gmail.com			Fax:	(021) 2240-3270
Cargo ou Função:	Diretor Técnico da Autarquia				
Designação:	Data:	25/08/2005	Exoneração:	Data:	
	Documento:	DOU nº 164		Documento:	
Efetiva Gestão no Período:	Data de Início:			01/01/2018	
	Data de Término:			31/12/2018	

Rio de Janeiro, 15 de março de 2019.

ELCIO PICCHI
Presidente da CFIAe